

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Informações corporativas

A Via Varejo S.A., diretamente ou por meio de suas controladas (“Companhia” ou “Via Varejo”) atua no mercado varejista de eletroeletrônicos, eletrodomésticos, telefonia e móveis através das bandeiras “Casas Bahia” e “Ponto Frio”, além das plataformas de *e-commerce* “pontofrio.com”, “casasbahia.com”, “extra.com.br”, “barateiro.com” e “partiuviajens.com.br”. Sua sede está localizada em São Caetano do Sul, Estado de São Paulo - Brasil. A Companhia detém suas ações negociadas no Nível 2 de Governança Corporativa da Bolsa de Valores de São Paulo sob os códigos “VVAR3”, “VVAR4” e “VVAR11” e é controlada pela Companhia Brasileira de Distribuição (“CBD”), que por sua vez tem o Casino Guichard Perrachon como controlador através de suas *holdings*.

As participações societárias da Companhia em controladas e coligadas estão apresentadas na nota explicativa nº 10 (b).

a) Reorganização societária das operações de comércio eletrônico

A Companhia teve sua participação societária nas operações de comércio eletrônico no Brasil reorganizadas no ano de 2016, passando a operar os sites da Cnova Brasil de forma conjunta com suas lojas físicas a partir de 31 de outubro de 2016.

A reorganização societária está apresentada com mais detalhes na nota explicativa nº 26.

b) Investigação Cnova

Em 18 de dezembro de 2015 foi instaurada investigação na então coligada Cnova Brasil sobre práticas de empregados na gestão de estoques, que posteriormente foi expandido para a avaliação de outros fatos.

Ao final do processo de investigação o efeito total dos ajustes apurados foi de R\$557, sendo R\$357 referente a ajustes decorrentes da investigação, R\$18 referente aos efeitos na mudança de prática contábil, R\$98 sobre a reavaliação da recuperabilidade dos ativos de tributos diferidos na Cnova N.V. e Cdiscount e R\$84 na Cnova Brasil. Estes valores foram capturados na Companhia por efeito na equivalência patrimonial e reconhecidos retrospectivamente nas demonstrações financeiras que foram reapresentadas em 27 de julho de 2016 referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, bem como em períodos anteriores aos quais referidos efeitos estavam relacionados.

Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

c) Cisão de subsidiária e incorporação de parcela cindida - Nova Pontocom

A Nova Pontocom, subsidiária da Companhia e sociedade anônima de capital fechado, era uma holding que tinha como objeto social deter controle das operações de comércio eletrônico da CBD no Brasil e no exterior. No dia 22 de dezembro de 2015, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a incorporação da parcela cindida de Nova Pontocom por seus acionistas, sendo CBD e Via Varejo, com 53,2% e 43,9% de participação, respectivamente. Isso faz parte de uma estratégia organizacional para otimização da estrutura societária de Via Varejo e absorção dos benefícios econômicos e fiscais de Nova Pontocom. O detalhamento do acervo líquido incorporado e mais informações estão descritas na nota explicativa nº 10 (c.ii).

d) Ofício CVM

Em 18 de fevereiro de 2016, a Companhia recebeu da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o Ofício nº 18/2016-CVM/SEP/GEA-5 contendo o entendimento da Superintendência de Relações com Empresas (SEP) da CVM quanto a certas transações e registros contábeis relacionados a operações societárias realizadas pela Companhia no exercício social de 2013.

A área técnica da CVM manifestou entendimento diverso daquele adotado pela Companhia nas demonstrações financeiras daquele exercício no que se refere ao (i) ganho da remensuração do investimento detido em Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A., decorrente da alienação parcial de participação societária para a Companhia Brasileira de Distribuição; e (ii) tratamento contábil aplicado na aquisição adicional de 75% do capital social da Indústria de Móveis Bartira.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

A Companhia apresentou recurso de tal decisão ao Colegiado da CVM com pedido de efeito suspensivo nos termos da Deliberação CVM 463, porém definiu atender o item (i) do Ofício CVM. Desta forma as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foram reapresentadas em 27 de julho de 2016, bem como em períodos anteriores aos quais os referidos efeitos estavam relacionados, contemplando o ajuste efetuado para eliminar o aumento no valor contábil do investimento de R\$543, líquido da amortização acumulada do valor atribuído a carteira de clientes de R\$5 e o correspondente imposto diferido assim como para reverter a Reserva de Orçamento de Capital constituída em 2013, e consequentemente reconhecer o ganho de R\$71 como uma transação de capital.

A Companhia recebeu manifestação do Colegiado da CVM em 25 de janeiro de 2017 acatando o recurso apresentado para o item (ii) acima, relacionado aos efeitos da aquisição da Indústria de Móveis Bartira. A CVM informou ainda que a Superintendência de Relações com Empresas pedirá reconsideração da decisão do Colegiado.

Não há efeitos oriundos deste assunto nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2. Práticas contábeis significativas

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standard Board* ("IASB") e, também, pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, e que correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas adotam o Real ("R\$") como moeda funcional e de apresentação, sendo demonstradas em milhões de R\$, e foram preparadas baseadas no custo histórico de cada transação, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de fevereiro de 2017.

a) Revisões e novas interpretações dos pronunciamentos contábeis

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia considerou, quando aplicável, novas revisões e interpretações às IFRS e aos pronunciamentos técnicos, emitidos pelo IASB e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis findos em ou após 31 de dezembro de 2016. Estas novas revisões e interpretações às IFRS não trouxeram impactos às demonstrações financeiras da Companhia.

Em 2016, a Companhia passou a aplicar as melhorias anuais às IFRS referentes aos Ciclos 2012-2014, contendo, também, as modificações às IAS 1, que entraram em vigor para períodos contábeis iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016. A aplicação dessas melhorias não resultou em impactos nas divulgações ou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Pronunciamentos e interpretações revisados emitidos e ainda não adotados

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não vigentes:

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após	Pronunciamento e impactos
01/01/2017	Alterações à IAS 12 – Impostos sobre receitas Clarifica o reconhecimento de impostos diferidos sobre a renda para perdas não realizadas em determinadas circunstâncias. Alterações à IAS 7 – Fluxo de caixa Melhorias quanto a avaliação de passivos que devem ser refletidos em atividades de financiamento.
01/01/2018	CPC 48 (IFRS 9) - Instrumentos financeiros Diversas mudanças na classificação e mensuração, principalmente na mensuração de perda de valor recuperável e contabilização de hedge. Até o momento a Companhia não identificou nenhum impacto com a adoção desta norma. CPC 47 (IFRS 15) - Receita de contrato com clientes Implementa um modelo com base em princípios; um guia definido é dado em relação a quando a receita deve ser reconhecida. Introduce também novas divulgações. Até o momento a Companhia não identificou nenhum impacto com a adoção desta norma.
01/01/2019	IFRS 16 – Arrendamento mercantil Requer o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais nos mesmos formatos dos arrendamentos mercantis financeiros. No dia 13 de janeiro de 2016, o IASB emitiu a IFRS 16 – Arrendamento Mercantil, com principal objetivo de redefinir o reconhecimento dos arrendamentos mercantis operacionais. As operações da Companhia consistem substancialmente na utilização de imóveis arrendados de terceiros como suas unidades de negócios. Com base nos estudos iniciais preparados pela Companhia, estimamos que a adoção desta norma trará impactos relevantes para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e está avaliando estes impactos.

c) Políticas contábeis

Combinação de negócios

Na data de aquisição de um negócio, o custo da aquisição é considerado pelo preço de compra, que inclui o valor justo de ativos e passivos assumidos ou incorridos, e incluindo qualquer custo relacionado a pagamento adicional contingente ou diferido. Custos relativos à transação são reconhecidos no resultado, quando incorridos. O custo de aquisição é alocado aos ativos adquiridos, passivos e passivos contingentes assumidos baseados em seus respectivos valores justos, incluindo ativos e passivos que não estavam anteriormente reconhecidos no balanço patrimonial da entidade adquirida, como, por exemplo, ativos intangíveis como marca e contratos vantajosos.

O ágio é gerado quando o custo da aquisição é superior ao valor dos ativos líquidos identificáveis mensurados ao valor justo. Por outro lado, a mais-valia é a diferença positiva entre o valor justo dos ativos líquidos identificáveis e seu respectivo valor contábil. Os montantes finais da combinação de negócios são mensurados em até um ano da data da aquisição.

Instrumentos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo quando a Companhia assume direitos contratuais de receber caixa ou outros ativos financeiros de contratos a qual é parte. Ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber caixa atrelados ao ativo financeiro expiram ou foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios para terceiros. Ativos e passivos são reconhecidos quando direitos e/ou obrigações são retidos na transferência pela Companhia.

Passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia assume obrigações contratuais para liquidação em caixa ou na assunção de obrigações de terceiros através de um contrato a qual é parte. Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo e são desreconhecidos quando são quitados, extintos ou expirados.

Os instrumentos financeiros que posteriormente ao reconhecimento inicial venham a ser mensurados pelo custo amortizado são mensurados através da taxa efetiva de juros. As receitas e despesas de juros, a variação monetária e a variação cambial, deduzidas das estimativas de perda por não recebimento de ativos financeiros, são reconhecidas quando incorridas na demonstração de resultado do exercício como “Resultado financeiro”.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativos e passivos financeiros somente são apresentados pelos seus valores líquidos se a Companhia detiver o direito incondicional de compensar tais valores ou liquidá-los simultaneamente, bem como ter a intenção de fazê-lo.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha os seguintes itens nas classificações de instrumentos financeiros:

- Empréstimos e recebíveis: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e partes relacionadas;
- Instrumento financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado: empréstimos em moeda estrangeira e derivativo;
- Outros passivos financeiros: fornecedores, fornecedores convênio, partes relacionadas, empréstimos e financiamentos.

A Companhia avalia mensalmente as estimativas por perda pela não realização de ativos financeiros. Uma estimativa por perda é reconhecida quando há evidências objetivas que a Companhia não conseguirá receber todos os montantes a vencer ou vencidos.

Quando o recebimento de um ativo financeiro é improvável, o seu valor contábil e a respectiva estimativa de perda são reconhecidos no resultado do exercício. Recuperações subsequentes são reconhecidas, quando incorridas, na rubrica “Despesas com vendas” na demonstração de resultado.

A Companhia possui um convênio com instituições financeiras com a finalidade de possibilitar aos seus fornecedores a utilização de linhas de crédito da Companhia para antecipação de recebíveis decorrentes da venda de mercadorias e serviços, o que possibilita aos fornecedores antecipar recebíveis no curso normal das compras efetuadas. Estas transações foram avaliadas pela Administração e concluiu-se que possuem características comerciais, uma vez que não há alterações no preço e/ou prazo previamente estabelecidos comercialmente e está única e exclusivamente na discricão do fornecedor em realizar a antecipação de seus recebíveis contra a Companhia.

Os acordos com fornecedores, que incluem aumento do prazo em relação à transação original e para os quais há custos financeiros relativos a este aumento de prazo, foram registrados na rubrica “Fornecedores convênio” e estão descritas na nota explicativa nº 4 (e).

Transações em moeda estrangeira

Transações em moedas estrangeiras são inicialmente reconhecidas pelo valor de mercado das moedas correspondentes na data que a transação se qualifica para reconhecimento. Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são traduzidos para o Real de acordo com a cotação do mercado nas datas dos balanços. Diferenças oriundas no pagamento, na tradução de itens monetários são reconhecidas no resultado financeiro.

Contabilização de *hedge*

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos classificados como *swaps* para proteção de contratos em moeda estrangeira. Tais instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo na data em que o contrato derivativo é celebrado e, posteriormente, remensurados pelo valor justo na data de cada balanço. Estes contratos devem possuir os mesmos prazos, datas para pagamento de juros e principal e serem contratados com a mesma contraparte do objeto de *hedge*.

Estes instrumentos são classificados como *hedges* de valor justo, e registrados como *hedge accounting*, quando protegem de forma eficaz as variações do ativo ou passivo objeto de *hedge*.

O objeto de *hedge* e o instrumento financeiro derivativo são registrados adotando os seguintes procedimentos:

- O item designado como objeto de *hedge* é classificado como “mensurado ao valor justo”, e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro;
- As alterações do valor justo de um instrumento financeiro derivativo classificado como *hedge* de valor justo são reconhecidas como resultado financeiro a cada data de balanço.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo de empréstimos e instrumento financeiro derivativo

O valor justo dos empréstimos com objeto de *hedge* e do *swap* é mensurado através de taxas divulgadas no mercado financeiro e projetadas até a data do seu vencimento, a taxa de desconto utilizada para o cálculo é desenvolvida através das curvas DI, Cupom limpo e DI, índices divulgados pela BM&FBovespa. Para os empréstimos em moeda nacional, é utilizada a curva DI, índice divulgado pela CETIP e calculado pelo método da interpolação exponencial.

Ativos não circulantes mantidos para venda

Ativos são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que a Companhia irá aliená-los dentro de um ano da data de sua classificação e desde que estejam em condições de venda. Os ativos mantidos para venda são mensurados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo deduzido das despesas de venda. Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava como ativos disponíveis para venda os ativos não financeiros relacionados ao cumprimento do Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") estabelecido com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") cuja a transação foi concluída em 2016.

Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nas hipóteses em que a Companhia tem a expectativa de reembolso da totalidade ou de parte da provisão, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas somente quando é praticamente certo.

Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRS.

Tal demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras, registros complementares, e segundo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custos das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incidentes sobre o valor da aquisição, dos efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

As demais políticas contábeis significativas estão divulgadas nas respectivas notas explicativas.

3. Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e utilize premissas que afetem os valores demonstrados de receitas, despesas, ativos e passivos, inclusive na evidenciação dos passivos contingentes no encerramento do exercício, porém, as incertezas quanto à essas premissas e estimativas podem gerar resultados que exijam ajustes substanciais ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos ou exercícios futuros. Os principais julgamentos, estimativas e premissas utilizados para a elaboração dessa demonstração financeira estão listados abaixo:

Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa ("PECLD")

Quando há evidências objetivas de que a Companhia pode não receber os valores reconhecidos em seu "Contas a receber", a Companhia reconhece PECLD. A métrica utilizada pela Companhia depende da composição da carteira de cada uma das contas. A natureza das principais contas estão descritas na nota explicativa nº 6(b).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Perda estimada com os estoques

A Companhia reconhece seus estoques pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor recuperável líquido. O valor recuperável líquido representa o preço estimado de venda menos os custos estimados e diretamente atribuíveis para trazer a mercadoria em condições de venda, incluindo os ajustes para giro lento de mercadorias, margem negativa e quebras de estoque por roubo, furto e sucateamento, obtidos por meio de análise da perda histórica. Os saldos e a movimentação estão apresentados na nota explicativa nº 7(c).

Perda estimada nos saldos de ágio por aquisição de investimentos em controladas

Conforme prática contábil descrita na nota explicativa nº 12(a), a Companhia testa anualmente se o valor contábil do ágio por aquisição de investimentos em controladas deve ser ajustado para trazê-lo ao seu valor recuperável.

A Companhia utiliza premissas baseadas em seu planejamento estratégico e nos indicadores de mercado para avaliação da recuperabilidade deste ágio. Estas premissas estão descritas na nota explicativa nº 12(c). Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não foi identificada a necessidade de constituição de perda por desvalorização.

Redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC"), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável. O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos e as premissas utilizadas pela Companhia estão descritas na nota explicativa nº 11(d).

Expectativa de realização do ICMS a recuperar

A expectativa de realização do ICMS a recuperar é baseada na projeção de operações e crescimento, gestão operacional, legislação do ICMS de cada Estado e geração de débitos para consumo desses créditos por Estado. Nos exercícios de 2016 e de 2015, a Companhia reavaliou as expectativas de realização tendo como base as alterações de seus planos orçamentários, bem como as alterações do Regime Especial do Estado de São Paulo. Apresentamos estes saldos na nota explicativa nº 8.

Expectativa de realização de Imposto de renda diferido

São reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos referentes a todos os prejuízos fiscais não utilizados e diferenças temporárias, na medida em que seja provável que haverá um lucro tributável contra o qual os créditos tributários possam ser compensados. A definição do valor do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos que podem ser reconhecidos exige julgamento por parte da Administração, com base nas estimativas de lucro e no nível de lucro real tributável futuro, de acordo com o planejamento estratégico aprovado pelo Conselho de Administração. A expectativa de realização está apresentada na nota explicativa nº 15(d).

Provisão para demandas judiciais

A Companhia é parte em processos judiciais e administrativos tributários, trabalhistas e cíveis que são classificados de acordo com o risco de perda: provável, possível e remoto. A análise quanto a probabilidade de perda é realizada pela Administração com auxílio dos assessores legais externos e devidamente corroborada pelo departamento jurídico. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância jurídica. As provisões para demandas judiciais são constituídas para todos os processos cuja probabilidade de perda seja provável, dessa forma a Companhia constituiu provisões suficientes para cobrir eventuais perdas com processos judiciais e administrativos. As provisões para demandas judiciais estão apresentadas na nota explicativa nº 16.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Valor justo dos derivativos e outros instrumentos financeiros

Quando não é possível obtê-los em mercados ativos, o valor justo dos ativos e passivos financeiros registrados nas demonstrações financeiras é apurado conforme a hierarquia estabelecida pelo pronunciamento técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que determina certas técnicas de avaliação. As informações para esses modelos são obtidas, sempre que possível, de mercados observáveis ou informações, de operações e transações comparáveis no mercado. Os julgamentos incluem um exame das informações, tais como risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Eventuais alterações das premissas referentes a esses fatores podem afetar o valor justo demonstrado dos instrumentos financeiros.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados ativamente em mercados organizados é apurado com base em cotações de mercado e nas datas dos balanços. No caso de instrumentos financeiros não negociados ativamente, o valor justo baseia-se em técnicas de avaliação definidas pela Companhia e compatíveis com as práticas usuais do mercado. Essas técnicas incluem a utilização de operações de mercado recentes entre partes independentes, o *benchmarking* do valor justo de instrumentos financeiros similares, a análise do fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

4. Gerenciamento de riscos financeiros

Os principais instrumentos financeiros e seus valores registrados nas demonstrações financeiras, por categoria, são os seguintes:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ativos financeiros				
Empréstimos e recebíveis				
Caixa e equivalentes de caixa	3.938	5.546	4.030	5.580
Contas a receber	2.616	2.013	2.964	2.013
Partes relacionadas	1.028	637	681	587
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	(4.230)	(3.673)	(5.618)	(3.783)
Fornecedores convênio	(489)	(1.055)	(489)	(1.055)
Empréstimos e financiamentos	(3.174)	(2.675)	(3.209)	(2.675)
Partes relacionadas	(246)	(160)	(189)	(95)
Valor justo por meio do resultado				
Empréstimos e financiamentos	(253)	(584)	(730)	(584)
Exposição líquida	(810)	49	(2.560)	(12)

As operações de tesouraria da Companhia são regularmente reportadas para o Comitê Financeiro do Conselho de Administração e, se necessário, diretamente para o Conselho de Administração, o qual aprova as políticas que devem ser seguidas pela tesouraria da Companhia. O risco mais significativo a que a Companhia está exposta está relacionado aos riscos de mercado, decorrente dos movimentos de taxas básicas de juros, variação cambial, riscos de liquidez e de crédito. A Companhia monitora tais riscos e os respectivos impactos nas projeções financeiras.

a) Risco de mercado - taxa básica de juros

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda nacional junto às principais instituições financeiras, com taxas pré e pós-fixadas, dentre as quais o Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"), para fazer frente à necessidade de caixa para investimento e financiamento de clientes. Concomitantemente, a Companhia realiza aplicações financeiras referenciadas ao CDI, com o objetivo de neutralizar parcialmente os impactos no resultado decorrentes dos encargos financeiros dos empréstimos e financiamentos.

O risco da taxa de juros para os saldos patrimoniais apresentados pela Companhia em 31 de dezembro de 2016 é a sua redução, uma vez que o saldo das aplicações financeiras referenciadas ao CDI excedeu o saldo dos empréstimos bancários indexados a mesma modalidade de taxa de juros. Para mensurar o impacto líquido estimado no resultado dos próximos 12 meses foi elaborada uma análise de sensibilidade em três cenários. No cenário I, a taxa anual de juros foi definida com base na curva CDI obtida na BM&FBovespa para as datas de vencimento das operações, limitado a 12 meses, cuja taxa foi 10,89% a.a. Nos cenários II e III, foram consideradas reduções na taxa de juros de 25% e 50%, respectivamente.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco de taxa básica de juros demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operações	Risco	Saldo em 31.12.2016	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras	Redução do CDI	3.855	396	297	198
Empréstimos bancários (*)	Redução do CDI	(77)	(6)	(5)	(3)
Arrendamento mercantil (*)	Redução do CDI	(7)	(1)	-	-
Impacto no ganho líquido no resultado			389	292	195

(*) Não inclui os contratos de CDCI, determinados contratos de arrendamento mercantil financeiro e de Fornecedores convênio por possuírem taxas de juros pré-fixadas e não sujeitos a risco de variação.

b) Risco de taxa de câmbio e juros dos empréstimos em moeda estrangeira

A Companhia obtém empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira (dólares norte-americanos) para fazer frente à necessidade de caixa para investimento. Os empréstimos e financiamentos são captados com taxas pré e pós-fixadas. Dessa forma, a Companhia está exposta ao risco de variação cambial e determinadas taxas de juros pelas dívidas contraídas. A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros pré-fixadas acrescidas de variação do CDI. Esses contratos têm o prazo total da dívida e protegem os juros e o principal.

A Companhia e suas controladas mantêm empréstimos em moeda estrangeira, integralmente protegidos por contratos de *swap*, conforme descrição abaixo:

		Na data da contratação		Data de contratação	Data de vencimento	Valor justo R\$	Valor justo R\$
		Valor referência USD milhões	Valor referência R\$			31.12.2016	31.12.2015
Empréstimo em moeda estrangeira (objeto de <i>hedge</i>)	Citibank	(50)	(154)	10/04/2015	10/04/2017	(162)	(195)
	Citibank	(30)	(92)	14/04/2015	17/04/2017	(97)	(117)
	Bradesco	(100)	(303)	27/04/2015	27/04/2016	-	(407)
	Santander	(47)	(190)	22/02/2016	16/02/2017	(157)	-
	Safrá	(75)	(244)	22/07/2016	02/05/2017	(251)	-
		(302)	(983)			(667)	(719)
<u>Contratos de <i>swap</i></u>							
Posição Ativa		302	983			666	720
Posição Passiva		(302)	(983)			(729)	(585)
Posição <i>swap</i> líquida		-	-			(63)	135

Os instrumentos financeiros derivativos e os instrumentos financeiros designados como objeto de *hedge* são contabilizados a valor justo.

A Companhia calcula a efetividade das operações de *hedge* quando da sua contratação em bases contínuas. As operações de *hedges* contratadas apresentam efetividade em relação às dívidas objeto dessa cobertura em 31 de dezembro de 2016.

Ganhos e perdas realizados e não realizados sobre contratos de *swap* são registrados no "Resultado financeiro líquido" e o saldo a pagar ou a receber pelo valor justo é registrado na rubrica "Empréstimos e financiamentos", em conjunto ao saldo a pagar do respectivo instrumento protegido. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a perda reconhecida nos contratos de *swap* é de R\$147 (ganho de R\$121 em 31 de dezembro de 2015) e o saldo a pagar pelo valor justo dos contratos de *swap* é de R\$63 (a receber de R\$135 em 31 de dezembro de 2015).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Para mensurar o impacto líquido estimando no resultado dos próximos 12 meses decorrente dos riscos de flutuação de moeda e taxas de juros, foi elaborada uma análise de sensibilidade da exposição da Companhia ao risco da taxa de câmbio e taxa USD Libor 3M dos empréstimos em moeda estrangeira e do CDI do contrato de *swap* considerando três cenários.

Para os contratos do Citibank no cenário I as seguintes premissas foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para as datas de vencimento dos respectivos empréstimos foi obtida na BM&FBovespa, cuja taxa foi 12,81% a.a.; (ii) para a USD Libor 3M foi utilizada a taxa de 0,99% a.a. praticada em 31 de dezembro de 2016; (iii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,28 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa para as datas de vencimentos dos contratos.

No contrato do Santander no cenário I foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para as datas de vencimento dos respectivos empréstimos foi obtida na BM&FBovespa, cuja taxa foi 13,16% a.a.; (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,22 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa para a data de vencimento do contrato.

No contrato do Safra no cenário I foram adotadas: (i) a curva futura do CDI para as datas de vencimento dos respectivos empréstimos foi obtida na BM&FBovespa, cuja taxa foi 12,64% a.a.; (ii) a taxa de câmbio foi definida em R\$3,30 com base na cotação do dólar futuro negociado na BM&FBovespa para a data de vencimento do contrato. Nos cenários II e III, projetou-se a taxa de juros e dólar com incremento de 25% e 50%, respectivamente.

Segue quadro da análise de sensibilidade do risco a taxa de câmbio e instrumentos financeiros derivativos demonstrando o possível impacto líquido no resultado para cada cenário:

Operação	Risco	Saldo em 31.12.2016	Análise de sensibilidade		
			Cenário I	Cenário II	Cenário III
Dívida em USD	Valorização do dólar (USD)	(667)	(8)	(177)	(346)
<i>Swap</i> (ponta ativa em USD)	Valorização do dólar (USD)	666	9	178	348
<i>Swap</i> (posição passiva em CDI)	Aumento do CDI	(729)	(25)	(31)	(38)
Impacto de perda líquida no resultado			(24)	(30)	(36)

c) Riscos de liquidez

É política da Companhia manter aplicações financeiras, empréstimos e linhas de crédito suficientes para atender às necessidades de caixa no curto e longo prazos. A Companhia regularmente monitora as previsões de caixa que incluem, nos respectivos vencimentos, as liquidações de ativos e passivos financeiros contratados. É prática do departamento de tesouraria da Companhia manter níveis de linhas de crédito suficientes para atender às necessidades previstas de capital de giro. Regularmente são realizadas análises de sensibilidade para avaliar o impacto na posição de liquidez da Companhia, caso as linhas de crédito atualmente existentes não sejam renovadas.

A tabela a seguir demonstra os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros mantidos pela Companhia. A tabela inclui principal e juros calculados até o vencimento dos passivos financeiros. Dessa forma, os saldos nela apresentados não conferem com os saldos apresentados nos balanços patrimoniais.

	31.12.2016							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	4.230	-	-	4.230	5.618	-	-	5.618
Fornecedores convênio	489	-	-	489	489	-	-	489
Empréstimos e financiamentos	3.200	333	-	3.533	3.633	337	1	3.971
Instrumentos derivativos	(1)	-	-	(1)	80	-	-	80
Arrendamento mercantil financeiro	23	85	18	126	27	89	18	134
	7.941	418	18	8.377	9.847	426	19	10.292

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	31.12.2015							
	Controladora				Consolidado			
	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total	Menos de 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total
Fornecedores	3.673	-	-	3.673	3.783	-	-	3.783
Fornecedores convênio	1.055	-	-	1.055	1.055	-	-	1.055
Empréstimos e financiamentos	2.885	573	-	3.458	2.885	573	-	3.458
Instrumentos derivativos	(16)	(46)	-	(62)	(16)	(46)	-	(62)
Arrendamento mercantil financeiro	23	90	36	149	23	90	36	149
	7.620	617	36	8.273	7.730	617	36	8.383

d) Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito para caixa e equivalentes de caixa mantidos com instituições financeiras e na posição das contas a receber geradas nas transações comerciais, bem como em transações não recorrentes, tais como venda de ativo não financeiro.

Para os saldos de caixa e equivalentes de caixa, a fim de minimizar o risco de crédito, a Companhia adota políticas que restringem o relacionamento bancário em instituições financeiras validadas pelo Comitê Financeiro e aprovadas pelo Conselho de Administração. Essa política também estabelece limites monetários e concentração de riscos, que são regularmente atualizados.

Para os saldos das contas a receber, o risco de crédito é mitigado pelo fato que grande parte das vendas da Companhia é realizada utilizando como meio de pagamento o cartão de crédito, que são substancialmente securitizadas com as administradoras de cartões de crédito. As vendas financiadas pelo Crédito Direto ao Consumidor com Interveniência ("CDCI") são vendas realizadas através de acordos operacionais com os bancos Bradesco, Safra e Banco do Brasil para a concessão de financiamentos CDCI aos nossos clientes, por meio de interveniência com as respectivas instituições financeiras. Para essa operação, a Companhia detém o risco de crédito e adota procedimentos criteriosos na concessão de crédito. O saldo a receber de clientes é pulverizado, não havendo valores individuais representativos.

As estimativas de perda por não recuperação de ativos financeiros são avaliadas conforme as estimativas e premissas contábeis descritas na nota explicativa nº 6(a), e os saldos dessa estimativa apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 são considerados pela Administração suficientes para cobrir as perdas estimadas da carteira de valores a receber.

e) Gerenciamento de capital

O objetivo da Administração da Companhia é assegurar manutenção adequada de classificação de crédito elevada e uma proporção de capital de terceiros bem estabelecida, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor detido pelo acionista. A Companhia administra a estrutura de capital e monitora a posição financeira, considerando as mudanças nas condições econômicas. A Companhia não está sujeita a nenhum requerimento externo sobre o capital.

	Consolidado			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Com CDCI	Sem CDCI	Com CDCI	Sem CDCI
Caixa e equivalentes de caixa	4.030	4.030	5.580	5.580
Empréstimos e financiamentos	(3.939)	(937)	(3.259)	(785)
Fornecedores convênio (i)	(489)	(489)	(1.055)	(1.055)

- (i) Fornecedores convênio tratam-se de passivos financeiros junto a fornecedores, por intermédio de instituições financeiras, cujos vencimentos foram postergados durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015. Devido às características de negociação comercial de prazos entre fornecedores e a Companhia, estes passivos financeiros foram incluídos em programas de antecipação de recursos utilizando linhas de crédito da Companhia junto a instituições financeiras com o custo financeiro implícito de 15,31% a.a. (15,33% a.a. em 31 de dezembro de 2015). A Companhia entende que esta transação tem natureza específica e classifica separadamente da rubrica "Fornecedores".

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

f) Mensurações do valor justo

Os instrumentos financeiros da Companhia não são negociados em mercados organizados e serão mantidos até o seu vencimento. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 seus fluxos de caixa descontados a valor presente não diferem relevantemente do seu respectivo valor contábil.

A Companhia registra determinados instrumentos financeiros a valor justo. Estes instrumentos estão apresentados no quadro abaixo:

	Controladora e Consolidado		Mensuração do valor justo na data do balanço utilizando outras premissas significativas observáveis
	31.12.2016	31.12.2015	
Instrumento financeiro a valor justo por meio de resultado			
Empréstimos em moeda estrangeira	(667)	(719)	Nível 2
Contratos de <i>swap</i>	(63)	135	Nível 2

Os contratos de *swap* e os empréstimos em moeda estrangeira são classificados no nível 2, pois são utilizados *inputs* de mercado prontamente observáveis, como por exemplo, previsões de taxas de juros, cotações de paridade cambial à vista e futura.

5. Caixa e equivalentes de caixa

a) Política contábil

Compreendem o caixa e as aplicações de curto prazo, de alta liquidez, imediatamente conversíveis em valores em dinheiro conhecidos e sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor, com intenção e possibilidade de serem resgatados no curto prazo com o próprio emissor.

b) Composição dos saldos

	Taxa média ponderada (% do CDI a.a.)	Controladora		Consolidado	
		31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Caixa e contas bancárias		120	89	175	90
Aplicações financeiras compromissadas	94,74%	3.756	5.450	3.793	5.483
Aplicações financeiras automáticas (i)	9,93%	62	7	62	7
		<u>3.938</u>	<u>5.546</u>	<u>4.030</u>	<u>5.580</u>

- (i) Referem-se a recursos disponíveis em conta corrente, nos quais há uma rentabilidade diária atrelada à taxa CDI, sendo seu resgate no primeiro dia útil seguinte ao da aplicação (D+1).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

6. Contas a receber

a) Política contábil

Os saldos registrados com Contas a Receber referem-se às atividades operacionais da empresa, ou seja, venda de bens de consumo e serviços correlatos. Os demais contas a receber são reconhecidos na rubrica "Outras contas a receber de clientes".

Os saldos de contas a receber são registrados inicialmente pelo valor justo, que corresponde ao valor de venda, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, segundo o método da taxa efetiva de juros, e deduzindo a perda do valor recuperável, conforme métodos explicados abaixo.

A Companhia utiliza duas fórmulas distintas para avaliação das perdas estimadas sobre créditos de liquidação duvidosa: (i) para o Contas a Receber de financiamento ao consumidor CDCI, a métrica que a Companhia julga suficiente para as perdas estimadas consiste em uma análise histórica dos últimos 24 meses, comparando a carteira de clientes, o faturamento líquido e as inadimplências ocorridas; (ii) para os demais Contas a Receber, a Companhia reconhece PECLD sobre títulos vencidos a mais de 180 dias, ou quando o cliente não tem solvência.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Administradoras de cartões de crédito (i)	543	46	695	46
Financiamento ao consumidor – CDCI (ii)	2.138	1.987	2.138	1.987
Contas a receber "B2B" (iii)	-	-	213	-
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(310)	(253)	(364)	(253)
Outras contas a receber de clientes	245	233	282	233
	2.616	2.013	2.964	2.013
Circulante	2.438	1.915	2.782	1.915
Não circulante	178	98	182	98

(i) No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, como parte da estratégia de gerenciamento de caixa da Companhia, foi realizada a venda parcial dos recebíveis com as operadoras de cartões de crédito ou banco. O prazo médio de recebimento é de 4 meses.

(ii) Corresponde aos financiamentos por CDCI que podem ser parcelados em até 24 meses; entretanto, o prazo mais utilizado é inferior a 12 meses. A Companhia mantém contratos com instituições financeiras nos quais é designada como interveniente dessas operações (conforme nota explicativa nº 13(a.i)).

(iii) Refere-se a vendas realizadas diretamente à pessoas jurídicas, para revenda ou uso próprio.

c) Movimentação da perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	(253)	(235)	(253)	(235)
Reorganização societária (nota 26)	-	-	(43)	-
Perda estimada registrada no exercício	(556)	(552)	(573)	(552)
Baixas de contas a receber	499	534	505	534
Saldo no fim do exercício	(310)	(253)	(364)	(253)
Circulante	(288)	(240)	(342)	(240)
Não circulante	(22)	(13)	(22)	(13)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- d) Composição por período de vencimento das contas a receber, bruta de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa

		Aging das contas a receber – Controladora					
		Total	A vencer	≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2016		2.926	2.705	102	45	31	43
31 de dezembro de 2015		2.266	2.040	102	45	32	47

		Aging das contas a receber – Consolidado					
		Total	A vencer	≤ 30 dias	31-60 dias	61-90 dias	>91 dias
31 de dezembro de 2016		3.328	3.019	135	54	35	85
31 de dezembro de 2015		2.266	2.040	102	45	32	47

7. Estoques

- a) Política contábil

Os estoques estão mensurados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o seu valor de realização, computados pelo custo ponderado médio. O valor líquido de realização é calculado pelo preço médio de venda, deduzido de: (i) tributos incidentes sobre a venda; (ii) despesas de pessoal atreladas diretamente a venda; (iii) custo do estoque; e (iv) demais custos necessários para trazer a mercadoria em condição de venda. Os estoques são reduzidos ao seu valor recuperável através de estimativas de perda por roubo, furto, sucateamento, giro lento de mercadorias e estimativa de perda para mercadorias que serão vendidas com margem bruta negativa, incluindo produtos de mostruário.

As bonificações recebidas de fornecedores compreendem acordos por volume de compras, prestação de serviços de logística e negociações pontuais para recomposição de margem ou acordos de *marketing*, entre outros. As bonificações são registradas ao resultado à medida que os correspondentes estoques são vendidos. Quando aplicável, o valor das bonificações a receber é registrado como redutor do saldo de fornecedores, desde que os acordos com os fornecedores permitam a liquidação do saldo ao fornecedor pelo montante líquido.

- b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lojas	1.508	1.400	1.509	1.400
Centrais de distribuição	1.063	1.152	1.633	1.191
Almoxarifado	10	18	11	19
Estimativa de perda ao valor realizável líquido	(41)	(30)	(99)	(32)
	2.540	2.540	3.054	2.578

- c) Movimentação das estimativas de perda para redução do custo ao valor realizável líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Saldo no início do exercício	(30)	(32)	(32)	(32)
Reorganização societária (nota 26)	-	-	(66)	-
Adições	(96)	(60)	(102)	(62)
Perdas realizadas	85	62	101	62
Saldo no fim do exercício	(41)	(30)	(99)	(32)

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

8. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
ICMS a recuperar (i)	1.920	1.944	2.154	1.944
PIS e COFINS a recuperar (ii)	452	-	634	-
INSS a recuperar	33	64	33	64
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado (i)	4	7	5	9
Outros	42	46	72	61
	<u>2.451</u>	<u>2.061</u>	<u>2.898</u>	<u>2.078</u>
Circulante	401	280	581	296
Não circulante	2.050	1.781	2.317	1.782

(i) A expectativa de realização total de ICMS a recuperar é indicada a seguir:

Em 31 de dezembro de 2016	Controladora	Consolidado
2017	246	325
2018	277	285
2019	272	297
2020	283	341
2021 em diante	846	911
	<u>1.924</u>	<u>2.159</u>

Desde o ano 2008, os Estados têm modificado substancialmente suas legislações internas com vistas à implantação e ampliação da sistemática da substituição tributária do ICMS. Referida sistemática implica a antecipação do recolhimento do ICMS devido em toda a cadeia comercial, no momento da saída da mercadoria do estabelecimento industrial ou importador, ou na sua entrada no Estado. A instituição dessa sistemática para uma gama cada vez maior de produtos comercializados no varejo baseia-se na premissa de que o ciclo de comercialização desses produtos será finalizado dentro do próprio Estado, de modo que o ICMS é integralmente a ele devido.

Ocorre que, para abastecimento de suas lojas, a Companhia mantém centros de distribuição localizados estrategicamente em determinados Estados e no Distrito Federal, os quais recebem mercadorias com o ICMS de toda a cadeia comercial já antecipado (por força da substituição tributária) pelos fornecedores ou pela própria Companhia e, então, as mercadorias são enviadas para estabelecimentos localizados em outros Estados. Essa remessa interestadual faz surgir para a Companhia o direito ao ressarcimento do ICMS anteriormente antecipado, ou seja, o ICMS da cadeia comercial pago na aquisição se transforma em crédito de imposto a ser ressarcido, nos termos da legislação interna de cada Unidade da Federação.

O processo de ressarcimento requer a comprovação, através de documentos fiscais e arquivos digitais, referentes às operações realizadas que geraram para Companhia o direito ao ressarcimento. Apenas após sua homologação prévia pelo Fisco Estadual e/ou o cumprimento de obrigações acessórias específicas que visam tal comprovação é que os créditos podem ser utilizados pela Companhia, o que ocorre em períodos subsequentes ao da sua geração.

Tendo em vista que o número de itens comercializados no varejo, sujeitos à substituição tributária, tem sido constantemente ampliado, também tem aumentado o crédito de imposto a ser ressarcido pela Companhia.

A partir de agosto de 2015, após o deferimento de Regime Especial no Estado de São Paulo, a Companhia passou a atuar como substituto tributário. Com este regime a Companhia deixa de acumular créditos de ressarcimento e passa a consumi-los com os débitos da apuração. Até julho de 2015 a Companhia realizou tais créditos com a autorização para a compensação imediata com aqueles devidos em virtude de sua operação pela obtenção de um Regime Especial e também pela obediência de outros procedimentos contidos normativas estaduais.

Com relação aos créditos que ainda não podem ser compensados de forma imediata, a Administração da Companhia, com base em estudo técnico de viabilidade, baseado na expectativa futura de crescimento e de consequente compensação com débitos oriundos das suas operações, entende ser viável sua compensação futura. Os estudos mencionados foram preparados com base em informações extraídas do relatório de planejamento estratégico previamente aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(ii) A expectativa de realização total de PIS/Cofins a recuperar é indicada a seguir:

<u>Em 31 de dezembro de 2016</u>	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2017	114	114
2018	288	204
2019	50	316
	<u>452</u>	<u>634</u>

Da mesma forma que o conceito para ICMS, a Companhia registra créditos de PIS e COFINS, todas as vezes em que evidências conduzem a Companhia a concluir sobre o direito ao crédito. As evidências incluem i) interpretação da legislação tributária, ii) fatores internos e externos como jurisprudências e interpretações da legislações que fizeram parte da análise e iii) avaliação contábil sobre o tema. Estes créditos são registrados como redutores das contas de resultado sobre as quais são calculados estes créditos.

Em 2016, reconhecemos créditos de PIS/COFINS calculados sobre os impostos sujeitos a substituição tributária que complementam o custo dos produtos para revenda de R\$353, registrado como redutor do custo das mercadorias vendidas, além de manter em 2016 a aplicação de benefício fiscal (assim como em 2015) que reduziu a zero a alíquota do PIS/Cofins sobre a receita bruta de venda a varejo de determinados produtos eletrônicos (Lei do Bem ou MP 690/2014 convertida na Lei 13.241/15) de R\$567 registrado como redutor dos impostos sobre vendas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

9. Partes relacionadas

	Ativo (Passivo)				Receita (Despesa)			
	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Controlador								
Companhia Brasileira de Distribuição (c), (d), (e), (f)	229	149	226	152	(14)	17	(14)	17
Controladas								
Indústria de Móveis Bartira Ltda. (b), (e), (f)	63	9	-	-	(656)	(626)	-	-
Globex Administração e Serviços Ltda. (d)	-	-	-	-	(2)	(5)	-	-
VVLog Logística Ltda. (b)	7	18	-	-	(147)	(7)	-	-
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (d), (e), (g)	255	-	-	-	78	-	-	-
Coligadas								
Financeira Itaú CBD S.A. (a)	(64)	10	(64)	10	(14)	(32)	(16)	(32)
Cnova Comércio Eletrônico S.A. (*), (d), (e), (g)	-	35	-	38	163	73	163	77
Nova Pontocom Comércio Eletrônico S.A.	-	-	-	-	-	10	-	10
Outras								
Casa Bahia Comercial Ltda. (f)	292	256	331	292	(270)	(284)	(275)	(289)
Viaw Consultoria Ltda. (h)	-	-	-	-	(1)	-	(1)	-
Cdiscount Group S.A.S.	-	-	(1)	-	-	-	-	-
Cnova N.V. (nota 13(b))	-	-	-	-	-	-	(14)	-
Cnova Finança B.V. (nota 13(b))	-	-	-	-	-	-	(2)	-
Novasoc Comercial Ltda.	-	-	-	-	-	1	-	1
	782	477	492	492	(863)	(853)	(159)	(216)
Ativo - partes relacionadas								
Circulante	517	261	132	179				
Não circulante	511	376	549	408				
Passivo - partes relacionadas								
Circulante	(246)	(160)	(188)	(95)				
Não circulante	-	-	(1)	-				

(*) Trata-se do saldo não eliminado referente aos dez meses de 2016 que a Cnova Brasil não era controlada pela Via Varejo. Mais informações na nota explicativa n° 26.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

As operações com partes relacionadas apresentadas nos quadros anteriores são resultado, principalmente, de transações que a Companhia, seus principais acionistas e suas controladas mantêm entre si e com outras entidades relacionadas, e foram contabilizadas substancialmente segundo os preços, os termos e as condições acordadas entre as partes, sendo as principais:

a) Operações com a FIC de crédito, financiamento e investimento

A Companhia atua como correspondente bancário para serviços operados pela FIC. Esta operação gera valores a repassar, indicados como contas a pagar com partes relacionadas, e valores a receber pelos serviços prestados, indicados como contas a receber com partes relacionadas. O resultado destas operações está representado na coluna de "Receita (Despesa)" no quadro anteriormente apresentado, e classificado na linha de receita de serviços nas demonstrações de resultado da Companhia.

Adicionalmente, a FIC atua como uma operadora de cartão de crédito, emitindo cartões e financiando compras de nossos clientes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo de cartões de crédito a receber da FIC era de R\$72 (R\$4 em 31 de dezembro de 2015). Esses saldos estão registrados na rubrica "Contas a receber" demonstrada na nota explicativa nº 6, em "Administradoras de cartões de crédito".

A FIC realiza, também, operações de compra de recebíveis de cartão de crédito. No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu R\$23 (R\$32 em 31 de dezembro de 2015) de despesas financeiras provenientes da venda de recebíveis de cartão de crédito.

Em 01 de novembro de 2016, a Via Varejo readquiriu o direito de exclusividade para a oferta de Seguros nas lojas Ponto Frio pelo montante de R\$65, liquidado em janeiro de 2017.

b) Contratos de mútuos com a controladora, controladas e coligadas

Os contratos de mútuos são atualizados monetariamente pelas taxas médias a seguir:

	Percentual do CDI	
	31.12.2016	31.12.2015
VVLog Logística Ltda.	105,0%	105,0%
Indústria de Móveis Bartira Ltda.	105,0%	105,0%

c) Operações com a controladora CBD

A controladora CBD é fiadora da Companhia em determinados contratos de financiamento e aluguel e avalista em um contrato de prestação de serviço, além do reembolso de despesas com pessoal e aluguel.

A Companhia também adquire cartões de alimentação e benefícios para seus funcionários junto à CBD, em preços semelhantes à concorrência. Esta aquisição representou uma despesa de R\$42 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$18 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

A CBD realiza a contratação de seguros para todas as empresas do grupo econômico, e solicita o reembolso dos custos por esta negociação. O montante da despesa no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$1 (*nil* no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Durante o exercício de 2016 CBD realizou os pagamentos de demandas judiciais cíveis e trabalhistas de Cnova Brasil. Em 28 de dezembro de 2016 Cnova Brasil ressarciu o montante de R\$ 63 para CBD relativo a estas demandas judiciais.

d) Operações de aluguéis e prestação de serviço

A Companhia realizou operações de aluguel, compartilhamento de suas Centrais de Distribuição e prestação de serviços com CBD, GAS e Cnova Brasil.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Compra e venda de mercadorias

A Companhia efetuou operações de compras de mercadorias com a Bartira no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$666 (R\$632 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015), venda de mercadorias a preço de custo para Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$228 (*nil* no exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e compras de mercadorias da Cnova Brasil no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$5 (*nil* no exercício findo em 31 de dezembro de 2015). A Companhia também realiza a intermediação da negociação de compra de mercadorias para CBD e Cnova Brasil, recebendo uma comissão por essa intermediação.

f) Primeiro aditivo ao acordo de associação Via Varejo, CBD e CB

Conforme o "Primeiro Aditivo do Acordo de Associação", ao completar seis anos da data do fechamento da operação nele prevista, a saber, em 8 de novembro de 2016, foram encerrados os procedimentos para notificações de novas demandas judiciais que poderiam corresponder a perdas e danos indenizáveis de parte a parte. Adicionalmente, o "Primeiro Aditivo do Acordo de Associação" estabelece procedimentos para que sejam apuradas, com base na referida data, as contingências potenciais referentes aos processos judiciais em andamento, com objetivo de retenção de garantias suficientes para assegurar o reembolso da Companhia por perdas, caso venham a ser incorridas. A obrigação de indenizar sobrevive até a solução, em definitivo, das contingências potenciais. Este rito contratual vem sendo seguido pela Companhia com vistas a preservar os seus direitos previstos no acordo firmado entre as partes.

O saldo da rubrica "Contas a receber" é liquidado pelas partes periodicamente e o saldo em aberto refere-se substancialmente a reembolso de despesas e contingências. No exercício de 2015, a Companhia, em conjunto com CB, revisou determinados itens e concluiu que não havia elementos suficientes para requerer indenização por CB com relação a tais itens. Portanto foi revertido R\$32 do contas a receber para o resultado do exercício.

Adicionalmente, a Companhia e sua controlada Bartira têm contratos de aluguéis de 307 imóveis entre centros de distribuição, prédios comerciais e administrativos estabelecidos em condições específicas com os administradores da CB.

g) Cnova Brasil

Em 31 de outubro de 2016, como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 26, a Cnova Brasil passou a ser controlada por Via Varejo, momento a partir do qual as transações de resultado ocorridas estão demonstradas na rubrica controlada.

h) Serviços de consultoria

A Companhia contratou a Viaw Consultoria Ltda. para prestação de serviços de consultoria empresarial na área de tecnologia. O sócio da empresa contratada é membro do Conselho de Administração da Companhia.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

i) Remuneração da Administração e Conselho Fiscal

As despesas relativas à remuneração total do pessoal da alta administração (Diretores indicados conforme o Estatuto Social e o Conselho de Administração) e do Conselho Fiscal, registradas na demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram as seguintes:

31.12.2016			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	27	3	30
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	3	-	3
	<u>30</u>	<u>3</u>	<u>33</u>

31.12.2015			
	Benefícios de curto prazo	Remuneração baseada em ações	Total
Diretoria	23	4	27
Conselho de Administração e Conselho Fiscal	2	-	2
	<u>25</u>	<u>4</u>	<u>29</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. Investimentos

a) Política Contábil

Controladas são todas as entidades que a Via Varejo detém, direta ou indiretamente, controle sobre suas operações. Controle é definido: (i) pelo poder decisório que a Companhia detém sobre as atividades operacionais e financeiras significativas em suas investidas; (ii) por sua habilidade de utilizar esse poder; e (iii) pela sua exposição aos retornos dessas entidades. As demonstrações financeiras das controladas estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas desde a data que o controle foi adquirido. No momento em que ocorre a perda de controle de alguma controlada, a consolidação do investimento é descontinuada. Ganhos ou perdas resultantes, inclusive qualquer montante recebido pela alienação de investimento, são reconhecidos no resultado do exercício no momento da desconsolidação. A parcela do investimento é remensurada a valor justo caso seja retida após a perda de controle, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício.

Coligadas são todas as entidades que a Companhia detém, direta ou indiretamente, influência significativa sobre as atividades operacionais e financeiras relevantes, porém não detém controle. Os investimentos em coligadas são ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são, subsequentemente, ajustados pelo percentual de participação da Companhia nos resultados e mutações do patrimônio líquido da coligada. O investimento inclui o ágio apurado na aquisição de controlada.

Conforme requerido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, e atualmente permitido pelas IFRS, os investimentos apresentados nas demonstrações financeiras individuais são ajustados pelo método de equivalência patrimonial.

b) Participações societárias

Investimentos	Participação nos investimentos			
	31.12.2016		31.12.2015	
	Participação direta	Participação indireta	Participação direta	Participação indireta
Controladas:				
Indústria de Móveis Bartira Ltda. ("Bartira")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração e Serviços Ltda. ("GAS")	99,99%	0,01%	100,00%	-
Lake Niassa Empreendimentos e Participações Ltda. ("LAKE")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
VVLog Logística Ltda. ("VVLog")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Globex Administração de Consórcio Ltda. ("GAC")	99,99%	0,01%	99,99%	0,01%
Cnova Comércio Eletrônico S.A. ("Cnova Brasil")	100,00%	-	-	-
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	100,00%	-	-
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	100,00%	-	-
Via Varejo Luxembourg Holding S.à r.l.	100,00%	-	-	-
Via Varejo Netherlands Holding B.V.	-	100,00%	-	-
Coligadas:				
Cnova N.V. ("Cnova N.V.")	-	-	-	21,93%
Marneylectro S.A.R.L. ("Marneylectro")	-	-	43,90%	-
Marneylectro B.V.	-	-	-	43,90%
Financeira Itaú CBD S.A. ("FIC")	-	14,24%	-	14,24%
Banco Investcred Unibanco S.A. ("BINV")	-	50,00%	-	50,00%
FIC Promotora de Vendas Ltda.	-	14,24%	-	14,24%
E-Hub Consultoria, Participações e Comércio S.A.	-	-	-	21,93%
Nova Experiência Pontocom S.A.	-	-	-	21,93%
Cnova Comércio Eletrônico S.A.	-	-	-	21,93%
Cnova Finança B.V.	-	-	-	21,93%
Cdiscount Group S.A.S	-	-	-	21,93%

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

c) Saldos e movimentação

	Controladora							
	Nova Pontocom	Cnova N.V. (*) (iii)	VVPart	Cnova Brasil (*)	Bartira	Lake	Outras	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	70	5	-	-	690	134	73	972
Equivalência patrimonial	(103)	(113)	-	-	39	31	6	(140)
Ajustes de conversão	(52)	(2)	-	-	-	-	-	(54)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(44)	(33)	(77)
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	47	47
Redução de capital	-	-	-	-	-	-	(17)	(17)
Incorporação de Nova Pontocom (i)	95	(115)	-	-	-	-	-	(20)
Oferta de ações Cnova N.V.	(10)	-	-	-	-	-	-	(10)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	-	(225)	-	-	729	121	76	701
Equivalência patrimonial	-	(217)	-	28	(25)	30	3	(181)
Reorganização societária (nota 26)	-	-	-	(1.355)	-	-	-	(1.355)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Aumento de capital	-	-	392	437	-	-	-	829
Ajustes de conversão	-	50	-	-	-	-	-	50
Pagamento relativo à reorganização societária (nota 26)	-	-	-	(47)	-	-	-	(47)
Aporte de passivos (nota 26)	-	392	(392)	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	-	-	(937)	704	143	79	(11)

(*) Em 31 de dezembro de 2016 a controladora Via Varejo mantém um saldo em passivo a descoberto de R\$937 para a controlada Cnova Brasil (R\$225 em 31 de dezembro de 2015 para a investida Cnova N.V. nos saldos da controladora e do consolidado).

	Consolidado				Total
	FIC (ii)	BINV (ii)	Nova Pontocom (i)	Cnova N.V. (iii)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	107	20	70	5	202
Equivalência patrimonial	32	(1)	(103)	(113)	(185)
Ajustes de conversão	-	-	(52)	(2)	(54)
Distribuição de dividendos	(36)	-	-	-	(36)
Oferta de ações Cnova N.V.	-	-	(10)	-	(10)
Incorporação de Nova Pontocom (i)	-	-	95	(115)	(20)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	103	19	-	(225)	(103)
Equivalência patrimonial	29	1	-	(217)	(187)
Ajustes de conversão	-	-	-	50	50
Distribuição de dividendos	(8)	-	-	-	(8)
Reorganização societária	-	-	-	392	392
Saldo em 31 de dezembro de 2016	124	20	-	-	144

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Incorporação de Nova Pontocom

A Companhia foi parte integrante no processo de cisão e incorporação de Nova Pontocom. A deliberação dos acionistas da Companhia sobre a cisão e a subsequente incorporação aconteceu no dia 22 de dezembro de 2015 em Assembleia Geral Extraordinária. Na data da efetivação da reestruturação, a composição acionária de Nova Pontocom era composta por CBD, com 53,20% do capital social, Via Varejo, com 43,90% e minoritários, que correspondiam a 2,90%. Os elementos patrimoniais de Nova Pontocom que foram incorporados à Companhia no dia 22 de dezembro de 2015 estão detalhados no quadro a seguir:

	22.12.2015
Créditos fiscais	
PIS a recuperar	19
COFINS a recuperar	84
Imposto de renda a recuperar	1
Investimentos	
Cnova Brasil	(47)
Total do ativo	<u>57</u>
Mútuos passivos	
Mútuos a pagar contra Via Varejo	78
Total do passivo	<u>78</u>
Acervo líquido incorporado	<u>21</u>

Como resultado das movimentações geradas pelo reconhecimento do acervo líquido de Nova Pontocom em Via Varejo, as movimentações na rubrica "Investimentos" demonstradas nesta nota explicativa, foram impactadas no valor de R\$20 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. O detalhamento deste saldo está demonstrado a seguir:

Aumento de capital de Nova Pontocom por meio de contrato de mútuo	9
Absorção do investimento em Cnova Brasil	(47)
Acervo líquido incorporado	21
Juros sobre contrato de mútuo	(3)
	<u>(20)</u>

Com a incorporação de Nova Pontocom e a sua extinção na estrutura dos negócios, a Via Varejo passou a ter participação direta em Marneylectro no percentual de 43,90%, enquanto CBD detinha 53,20% sobre o capital social.

(ii) FIC e BINV

FIC e BINV são instituições financeiras criadas com o objetivo de financiar as vendas diretamente para clientes de CBD e da Via Varejo. Atualmente, a BINV encontra-se em fase não operacional. Elas são resultado da associação de CBD e da Companhia com o Banco Itaú Unibanco S.A. A Companhia detém, por meio da controlada Lake, 50,00% e 14,24% do capital votante total da BINV e FIC, respectivamente.

(iii) Cnova N.V.

Como resultado da reorganização societária descrita na nota explicativa nº 26, Cnova N.V. deixou de ser coligada em 31 de outubro de 2016.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Informações financeiras resumidas das coligadas

A seguir, informações da coligada que a Companhia julga como relevante para o cálculo da equivalência patrimonial:

<u>Balanco patrimonial</u>	FIC	
	31.12.2016	31.12.2015
Ativo circulante	3.918	3.894
Ativo não circulante	44	38
Ativo total	3.962	3.932
Passivo circulante	2.876	3.070
Passivo não circulante	15	15
Patrimônio líquido (*)	1.071	847
Total passivo e patrimônio líquido	3.962	3.932
<u>Demonstração do resultado</u>		
Receitas	1.012	1.118
Resultados operacionais	344	370
Lucro (prejuízo) líquido	202	226

(*) O cálculo do investimento considera o patrimônio líquido da investida, deduzido da reserva especial de ágio, a qual é de direito exclusivo do Itaú Unibanco S.A., para a FIC.

Não há restrições significativas relacionadas aos investimentos mantidos pela Companhia.

11. Imobilizado

a) Política contábil

O ativo imobilizado da Companhia é reconhecido e mensurado pelo seu custo histórico, que contempla tanto os custos de aquisição como os custos de construção. No caso dos ativos imobilizados em andamento, todos os custos diretamente relacionados à construção desses ativos são reconhecidos no imobilizado, bem como os juros incorridos no financiamento desses ativos, se atendidos os critérios de reconhecimento. A depreciação é calculada utilizando o método linear com base na vida útil econômica das respectivas classes de ativos. Quando está diretamente relacionada à logística e distribuição, as despesas com depreciação são alocadas na rubrica "Custo das mercadorias vendidas". Os itens de ativo imobilizado são reconhecidos pelos seus componentes significativos e tratados como ativos individuais, com vidas úteis e depreciação específica. Da mesma forma, quando realizada uma reposição significativa, seu custo é reconhecido no valor contábil do equipamento como reposição, desde que satisfeitos os seus critérios de reconhecimento. Todos os demais custos de reparo e manutenção são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Itens do ativo imobilizado e seus componentes são baixados na sua alienação ou quando não há expectativa que benefícios econômicos futuros sejam gerados pelo seu uso ou venda. Os eventuais ganhos ou perdas resultantes da baixa dos ativos são incluídos no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais". O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando aplicável. Em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil das classes de ativo imobilizado. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo imobilizado são relacionadas a seguir:

Categoria de ativos	Vida útil média ponderada estimada em anos
Edifícios	40
Benfeitorias em imóveis de terceiros	18
Máquinas e equipamentos	12
Equipamentos de informática	5
Instalações	12
Móveis e utensílios	12
Veículos	5

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

Os ativos devem ser reconhecidos pelo menor valor entre o custo histórico de aquisição e o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor em uso do ativo ou o seu valor justo menos o custo de venda. Na mensuração do valor em uso, os fluxos de caixa estimados são descontados para o seu valor presente utilizando uma taxa de desconto, que reflete o custo de capital da Companhia, adicionada a riscos específicos dos ativos sendo testados, se aplicável. Caso o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável, o valor excedente é reconhecido no resultado do exercício.

Para os ativos de vida útil indefinida, o teste de *impairment* é realizado anualmente. Para os ativos de vida útil definida, a Companhia anualmente avalia a existência de evidências internas ou externas de que os ativos estejam reconhecidos por valores que excedam seu valor recuperável. Essas evidências são substancialmente definidas por perda recorrente de rentabilidade nas unidades geradoras de caixa e condições macroeconômicas razoavelmente diferentes da última avaliação de recuperação realizada, entre outras.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas avaliadas anualmente adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

b) Composição dos saldos e movimentação

Controladora						
	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	12	-	12	12	-	12
Edifícios	18	(9)	9	53	(31)	22
Benfeitorias em imóveis de terceiros	913	(237)	676	860	(166)	694
Máquinas e equipamentos	156	(68)	88	150	(59)	91
Equipamentos de informática	317	(208)	109	297	(178)	119
Instalações	166	(78)	88	159	(65)	94
Móveis e utensílios	191	(57)	134	177	(45)	132
Veículos	15	(7)	8	31	(12)	19
Imobilizado em andamento	38	-	38	4	-	4
Outros	39	(18)	21	40	(12)	28
	1.865	(682)	1.183	1.783	(568)	1.215
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	156	(143)	13	156	(133)	23
	2.021	(825)	1.196	1.939	(701)	1.238

Controladora						
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (i)	Saldo em 31.12.2015
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	24	-	(1)	(1)	-	22
Benfeitorias em imóveis de terceiros	593	101	(20)	(43)	63	694
Máquinas e equipamentos	92	13	-	(13)	(1)	91
Equipamentos de Informática	105	47	8	(43)	2	119
Instalações	89	14	(1)	(12)	4	94
Móveis e utensílios	114	26	(1)	(13)	6	132
Veículos	79	2	(12)	(3)	(47)	19
Imobilizado em andamento	37	37	-	-	(70)	4
Outros	17	17	-	(6)	-	28
	1.162	257	(27)	(134)	(43)	1.215
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	18	19	-	(14)	-	23
Veículos	1	-	(1)	-	-	-
	19	19	(1)	(14)	-	23
	1.181	276	(28)	(148)	(43)	1.238

- (i) O saldo da coluna "Transferências" foi impactado pelo montante de R\$47 referente ao aporte de capital que a Companhia efetuou para a empresa VVLog mediante transferências de veículos. Esse montante foi parcialmente reduzido por R\$5, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica "Ativos não correntes à venda", cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Controladora					Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (ii)	
Terrenos	12	-	-	-	-	12
Edifícios	22	-	-	(1)	(12)	9
Benfeitorias em imóveis de terceiros	694	1	(24)	(47)	52	676
Máquinas e equipamentos	91	-	-	(9)	6	88
Equipamentos de Informática	119	3	1	(35)	21	109
Instalações	94	-	(2)	(13)	9	88
Móveis e utensílios	132	-	-	(11)	13	134
Veículos	19	-	(10)	(1)	-	8
Imobilizado em andamento	4	117	-	-	(83)	38
Outros	28	-	-	(7)	-	21
	1.215	121	(35)	(124)	6	1.183
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	23	-	-	(10)	-	13
	1.238	121	(35)	(134)	6	1.196

- (ii) Os saldos das colunas “Transferências” foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica “Ativos não correntes à venda”, cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

	Consolidado					
	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terrenos	16	-	16	16	-	16
Edifícios	24	(14)	10	58	(35)	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	923	(245)	678	860	(166)	694
Máquinas e equipamentos	401	(176)	225	330	(132)	198
Equipamentos de informática	362	(233)	129	298	(178)	120
Instalações	194	(89)	105	171	(71)	100
Móveis e utensílios	207	(63)	144	180	(47)	133
Veículos	66	(13)	53	81	(18)	63
Imobilizado em andamento	43	-	43	9	-	9
Outros	39	(18)	21	40	(12)	28
	2.275	(851)	1.424	2.043	(659)	1.384
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	157	(143)	14	156	(133)	23
	2.432	(994)	1.438	2.199	(792)	1.407

	Consolidado					Saldo em 31.12.2015
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Depreciações	Transferências (iii)	
Terrenos	16	-	-	-	-	16
Edifícios	25	-	(1)	(1)	-	23
Benfeitorias em imóveis de terceiros	594	101	(21)	(43)	63	694
Máquinas e equipamentos	213	13	-	(27)	(1)	198
Equipamentos de informática	106	47	8	(43)	2	120
Instalações	93	16	(1)	(13)	5	100
Móveis e utensílios	114	26	(1)	(12)	6	133
Veículos	79	3	(12)	(7)	-	63
Imobilizado em andamento	37	42	-	-	(70)	9
Outros	17	17	-	(6)	-	28
	1.294	265	(28)	(152)	5	1.384
Arrendamento mercantil financeiro						
Equipamentos de informática	18	19	-	(14)	-	23
Veículos	1	-	(1)	-	-	-
	19	19	(1)	(14)	-	23
	1.313	284	(29)	(166)	5	1.407

- (iii) O saldo da coluna “Transferências” foi impactado pelo montante de R\$5, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica “Ativos não correntes à venda”, cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Consolidado						Saldo em 31.12.2016
	Saldo em 31.12.2015	Reorganização societária (nota 26)	Adições	Baixas	Depreciações	Transfe- rências (iv)	
Terrenos	16	-	-	-	-	-	16
Edifícios	23	-	-	-	(1)	(12)	10
Benfeitorias em imóveis de terceiros	694	1	1	(25)	(54)	61	678
Máquinas e equipamentos	198	52	1	(3)	(13)	(10)	225
Equipamentos de informática	120	24	2	1	(40)	22	129
Instalações	100	13	1	(2)	(12)	5	105
Móveis e utensílios	133	3	-	-	(14)	22	144
Veículos	63	-	-	(9)	(1)	-	53
Imobilizado em andamento	9	-	117	(1)	-	(82)	43
Outros	28	-	-	-	(7)	-	21
	1.384	93	122	(39)	(142)	6	1.424
Arrendamento mercantil financeiro							
Equipamentos de informática	23	-	1	-	(10)	-	14
	1.407	93	123	(39)	(152)	6	1.438

- (iv) Os saldos das colunas “Transferências” foram impactados pelo montante de R\$6, relativo aos ativos das lojas CADE que estavam na rubrica “Ativos não correntes à venda”, cujos ativos foram reaproveitados, após o fechamento das lojas.

c) Classificação da depreciação na demonstração do resultado

No exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a Companhia reconheceu no custo de mercadorias e serviços vendidos o montante de R\$26 referente à depreciação de seu imobilizado nas informações contábeis individuais (R\$40 em 31 de dezembro de 2015) e R\$46 nas informações contábeis consolidadas (R\$58 em 31 de dezembro de 2015).

d) Testes de redução ao valor recuperável do ativo imobilizado (*impairment*)

Anualmente, a Companhia efetua o teste de recuperação de seus ativos ou grupo de ativos ou Unidade Geradora de Caixa (“UGC”), ou ainda sempre que houver qualquer evidência interna ou externa que o ativo possa apresentar perda do valor recuperável.

As perdas por não recuperação, quando houver, são reconhecidas no resultado do exercício em categorias de despesas consistentes com a função do respectivo ativo não recuperável. A perda por não recuperação reconhecida anteriormente somente é revertida se houver alteração das premissas adotadas para definir o valor recuperável do ativo no seu reconhecimento inicial ou mais recente, exceto no caso do ágio que não pode ser revertido em períodos futuros.

O valor recuperável das UGCs foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa para os próximos cinco anos. As premissas utilizadas no cálculo foram as seguintes:

	Em 5 anos	
	2016	2015
Crescimento de vendas líquidas	6,6%	6,2%
Margem EBITDA (*)	6,6%	6,6%
Taxa de desconto	12,4%	12,5%

(*) Certas despesas da Companhia não são alocadas nas demonstrações de resultado das UGCs e, portanto, diferem do EBITDA da Companhia.

A perpetuidade foi calculada considerando a estabilização das margens operacionais, capital de giro e investimentos. Adicionalmente foram computados no cálculo o crescimento real de 0,5% e inflação de 4,5%.

Como resultado dessa análise, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 não houve perda por redução ao valor recuperável.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

12. Intangível

a) Política contábil

Compreendem basicamente os ativos intangíveis da Companhia, o ágio gerado na aquisição de controladas, marcas e contratos vantajosos adquiridos por combinação de negócios, fundos de comércio, *softwares* em desenvolvimento ou já desenvolvidos internamente, *softwares* adquiridos de terceiros e direitos readquiridos para exploração de venda de garantia estendida.

Os gastos com o desenvolvimento de *software* para uso interno são reconhecidos como custo de ativos intangíveis desde que atendam os critérios mínimos de reconhecimento. No reconhecimento inicial de intangíveis adquiridos de terceiros, o valor reconhecido é o custo. No entanto, em uma combinação de negócios, todos os intangíveis confiavelmente identificáveis da investida são mensurados a valor justo. O ágio gerado pela aquisição de controladas e as marcas não são amortizados, em virtude da perpetuidade e/ou fluxo positivo de recursos que a controlada adquirida gerará para os negócios. Os ativos intangíveis de vida útil definida são amortizados pelo método linear. As respectivas vidas úteis são revistas anualmente e ajustadas prospectivamente, quando aplicável.

Os intangíveis gerados internamente e os gastos com desenvolvimento de *software* que não atendem os critérios mínimos de reconhecimento, são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

Anualmente, ou sempre que houver indícios sobre a sua recuperação, os ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos a testes de recuperação.

Em 31 de dezembro de 2016, não houve alterações nos valores residuais e na vida útil estimada das classes de ativo intangível. As vidas úteis médias ponderadas para cada classe de ativo intangível são relacionadas a seguir:

Intangível	Vida útil média ponderada estimada em anos
Fundo de comércio	5
<i>Software</i> e licenças	5
Direito contratual	7
Contrato vantajoso	17

b) Composição dos saldos e movimentação

	Controladora					
	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015		
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Fundo de comércio (ii)	70	(66)	4	73	(66)	7
Direitos contratuais (iv)	251	(70)	181	186	(39)	147
<i>Software</i> e licenças	254	(105)	149	228	(90)	138
	575	(241)	334	487	(195)	292
Arrendamento mercantil financeiro						
<i>Software</i>	113	(44)	69	113	(32)	81
	688	(285)	403	600	(227)	373

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Controladora					
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31.12.2015
Fundo de comércio (ii)	11	1	-	(5)	7
Direitos contratuais (iv)	178	-	-	(31)	147
Software e licenças	70	85	(1)	(16)	138
	259	86	(1)	(52)	292
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	91	1	-	(11)	81
	350	87	(1)	(63)	373
Controladora					
	Saldo em 31.12.2015	Adições	Baixas	Amortização	Saldo em 31.12.2016
Fundo de comércio (ii)	7	-	-	(3)	4
Direitos contratuais (iv)	147	65	-	(31)	181
Software e licenças	138	27	(2)	(14)	149
	292	92	(2)	(48)	334
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	81	-	-	(12)	69
	373	92	(2)	(60)	403
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2016			Saldo em 31.12.2015	
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Custo	Amortização acumulada
Ágio (i)	627	-	627	627	-
Software e licenças	491	(198)	293	231	(91)
Direitos contratuais (iv)	251	(70)	181	186	(39)
Marcas e patentes (iii)	46	-	46	46	-
Contrato vantajoso (v)	36	(6)	30	36	(4)
Fundo de comércio (ii)	70	(66)	4	73	(66)
	1.521	(340)	1.181	1.199	(200)
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	121	(45)	76	113	(32)
	1.642	(385)	1.257	1.312	(232)
					1.080
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2014	Adições	Baixa	Amortização	Saldo em 31.12.2015
Ágio (i)	627	-	-	-	627
Fundo de comércio (ii)	11	1	-	(5)	7
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	46
Direitos contratuais (iv)	178	-	-	(31)	147
Software e licenças	71	86	(1)	(16)	140
Contrato vantajoso (v)	34	-	-	(2)	32
	967	87	(1)	(54)	999
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	91	1	-	(11)	81
	1.058	88	(1)	(65)	1.080
Consolidado					
	Saldo em 31.12.2015	Reorganização societária (Nota 26)	Adições	Baixa	Amortização
Ágio (i)	627	-	-	-	-
Software e licenças	140	149	29	(2)	(23)
Direitos contratuais (iv)	147	-	65	-	(31)
Marcas e patentes (iii)	46	-	-	-	-
Contrato vantajoso (v)	32	-	-	-	(2)
Fundo de comércio (ii)	7	-	-	-	(3)
	999	149	94	(2)	(59)
Arrendamento mercantil financeiro					
Software	81	1	6	-	(12)
	1.080	150	100	(2)	(71)
					1.257

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(i) Ágio

A Companhia mantém ágio por expectativa de rentabilidade futura decorrente da aquisição da Bartira em 2013, no montante de R\$627.

(ii) Fundo de comércio

Os fundos de comércio referem-se aos valores pagos a antigos proprietários de pontos comerciais. Para o teste de valor recuperável, os fundos de comércio são alocados nas lojas que deram origem ao direito e testados em conjunto com a UGC.

(iii) Marcas e patentes

Em consequência da combinação de negócios da Bartira, foi reconhecido um valor para essa marca no montante de R\$46, com base na metodologia *royalties relief*, que representa o quanto seria a remuneração praticada pelo mercado pela utilização da marca, caso esta não fosse adquirida.

(iv) Direitos contratuais

Os direitos contratuais da Companhia referem-se à reaquisição dos direitos de intermediação de seguro e garantia estendida. A vida útil destes ativos foi estabelecida com base na data de término dos direitos readquiridos.

Em 2016, a Companhia readquiriu os direitos de intermediação da venda de seguros nas lojas Ponto Frio de sua coligada FIC, pelo montante de R\$65, conforme descrito na nota explicativa nº 9(a). A vida útil é de 13 anos.

(v) Contrato vantajoso

O imóvel utilizado por Bartira é objeto de arrendamento mercantil operacional, tendo Casa Bahia Comercial Ltda. como arrendadora. Sua mensuração foi realizada por informação de transações comparáveis no mercado.

c) Testes de redução ao valor recuperável do ativo intangível

Para os ativos intangíveis de vida útil definida, a Companhia avalia a existência de evidências que possam indicar que o seu valor contábil não seja mais recuperável pela sua utilização. O valor recuperável foi calculado com base no valor em uso, tendo sido determinado em relação à unidade geradora de caixa em que estes ativos intangíveis estavam vinculados. Para determinação do valor recuperável destes ativos foram utilizadas as mesmas premissas descritas na nota explicativa 11 (d). Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não houve perda relacionada a redução ao valor recuperável.

Para a determinação do valor recuperável dos ativos intangíveis relativos a combinação de negócios de Bartira (ágio por aquisição de controlada, marca e contrato vantajoso), os seus respectivos valores foram devidamente alocados ao único segmento que a Companhia reporta. A aquisição de Bartira foi estratégica e realizada com o objetivo de permitir um fornecimento contínuo de móveis, importante categoria de vendas para a Companhia em ambos os negócios, bem como alavancar o fluxo de clientes para as lojas, qual beneficia fortemente todas as demais categorias de produtos. Dessa forma, o teste de *impairment* para o ágio foi realizado tomando os fluxos de caixa futuros projetados para os próximos 10 anos da Via Varejo.

Para a determinação do valor recuperável, três principais premissas foram utilizadas na elaboração do teste: (i) taxa de crescimento do triênio 2017-2019, conforme o planejamento estratégico da Companhia; (ii) taxa de crescimento dos resultados projetados de 3,0% ao ano; e (iii) taxa de desconto representativa ao custo de capital da Companhia de 12,4% ao ano. A perpetuidade foi calculada considerando as mesmas premissas do período inicial. Essa análise não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo.

A Companhia realizou um teste de sensibilidade reduzindo o período de fluxos de caixa futuros para 5 anos, aumentando a taxa de desconto para 14,9% (equivalente a um aumento de 20%) mantendo a taxa de crescimento. Essa análise também não indicou a necessidade de provisão para realização desse ativo.

Não houve necessidade de ajustes dos valores contábeis ao seu valor recuperável em 31 de dezembro de 2016.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

13. Empréstimos e financiamentos

a) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
CDCI (i)	3.002	2.474	3.002	2.474
Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de swap (ii)	253	584	730	584
IBM, líquido de custo de captação	77	94	77	94
Arrendamento mercantil financeiro	95	107	102	107
Outros	-	-	28	-
	3.427	3.259	3.939	3.259
Circulante	3.028	2.679	3.532	2.679
Não circulante	399	580	407	580

(i) CDCI

As operações de financiamento ao consumidor por interveniência correspondem às atividades de financiamento de vendas a prazo a clientes, por intermédio de uma instituição financeira (vide nota explicativa nº 6(b)). As taxas são pré-fixadas a cada captação que a Companhia realiza. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, a média ponderada das taxas praticadas pelas instituições financeiras para as operações de CDCI era de 15,11% a.a. (15,57% a.a. em 31 de dezembro de 2015).

(ii) Empréstimos em moeda estrangeira, líquidos dos contratos de swap

A Companhia contratou empréstimos em moeda estrangeira no exercício com valor principal em dólares norte-americanos.

A Companhia faz uso de operações de *swap* de 100% das captações em dólares norte-americanos e taxas de juros fixas, e juros variáveis quando aplicáveis, trocando estas obrigações pelo Real atrelado às taxas de juros do CDI (flutuante). As operações de *swap* são contratadas com a mesma contraparte e moeda dos empréstimos correspondentes. Esses contratos possuem os mesmos prazos e datas para pagamento de juros e principal.

Mais informações sobre estes contratos foram incluídas na nota explicativa nº 4(b).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Movimentação

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2014	3.699	3.706
Captações (i)	4.637	4.637
Juros incorridos (i)	379	380
<i>Swap</i>	(112)	(112)
Variação cambial	155	155
Marcação a mercado	-	-
Amortizações (i)	(5.081)	(5.088)
Amortizações de arrendamento	(10)	(10)
Liquidação de contratos de swap	(14)	(14)
Pagamento de juros (i)	(383)	(384)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.259	3.259
Reorganização societária (nota 26)	-	1.356
Captações (ii)	4.291	4.372
Juros incorridos (ii), (iii)	385	407
<i>Swap</i>	129	128
Variação cambial	(89)	(79)
Marcação a mercado	(1)	(1)
Amortizações (ii)	(4.179)	(4.589)
Amortização da dívida Cnova N.V. (iii)	-	(541)
Amortizações de arrendamento	(12)	(12)
Liquidação de contratos de <i>swap</i>	16	16
Pagamento de juros (ii)	(333)	(338)
Pagamento de juros de arrendamento	(11)	(11)
Pagamento de juros de swap	(28)	(28)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	3.427	3.939

- (i) Em 2015, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.067 de captações, R\$4.471 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$315 de juros incorridos.
- (ii) Em 2016, os montantes referentes às operações de CDCI foram de R\$4.291 de captações, R\$3.804 de amortizações, R\$313 de pagamento de juros e R\$355 de juros incorridos.
- (iii) Com a reorganização societária, conforme nota explicativa n° 26, houve a obrigação de liquidar empréstimos de Cnova N.V. e Cnova Finança concedidos à Cnova Brasil em 2015. Os juros incorridos no período foi de R\$16 e o empréstimo foi liquidado em novembro de 2016.

c) Cronograma de vencimentos dos empréstimos e financiamentos reconhecidos no passivo não circulante

Ano	Controladora	Consolidado
2018	317	321
2019	33	34
2020	16	17
2021	16	17
2022	17	18
Total	399	407

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

14. Tributos a pagar

a) Política Contábil

Os saldos de tributos a pagar estão apresentados líquidos entre o valor total devido e o saldo a recuperar relacionado a cada um dos tributos: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS"), Imposto Sobre Serviços ("ISS"), Programa de Integração Social ("PIS"), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL"), além dos impostos que a empresa precisa reter sobre determinadas atividades, como aluguéis e serviços tomados, entre outros.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
PIS e COFINS a pagar	443	370	447	371
ICMS a pagar	115	98	136	100
Imposto de renda e contribuição social a pagar	-	-	1	2
Outros	17	15	24	16
	<u>575</u>	<u>483</u>	<u>608</u>	<u>489</u>
Circulante	573	483	600	489
Não circulante	2	-	8	-

15. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a) Política Contábil

(i) Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social correntes ativos ou passivos são mensurados pelo valor estimado a ser compensado ou pago às autoridades fiscais. As alíquotas e leis tributárias adotadas para o cálculo do imposto são aquelas em vigor nas datas dos balanços.

(ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são gerados e reconhecidos por diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus respectivos valores contábeis e sobre prejuízos fiscais. Os valores são reconhecidos no resultado do exercício, a não ser que estejam relacionados a itens do resultado abrangente, nesses casos, os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos no próprio patrimônio líquido. Créditos e prejuízos fiscais não utilizados são reconhecidos à medida que há uma estimativa razoável de lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização. O imposto de renda e a contribuição social diferidos não são reconhecidos para ativos e passivos cuja realização futura não seja provável.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisado na data de cada balanço e reduzido, quando aplicável, na medida em que deixe de ser provável que haverá lucros tributáveis futuros suficientes para permitir a sua realização.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos são mensurados de acordo com as alíquotas vigentes e aplicadas no período em que o ativo é realizado ou o passivo é liquidado. Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015, a alíquota em vigor é de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são compensados se houver um direito legal ou contratual para compensar os ativos fiscais contra os passivos fiscais, bem como se referirem à mesma entidade contribuinte e à mesma autoridade tributária.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reconciliação das despesas do imposto de renda e da contribuição social

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Lucro (prejuízo) antes da tributação	(47)	80	(63)	80
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal de 34%	16	(27)	21	(27)
Equivalência patrimonial	(62)	(48)	(64)	(64)
Reversão de contingência PPA, líquido (*)	-	-	2	15
Outras diferenças permanentes não dedutíveis	(2)	9	9	10
Imposto de renda e contribuição social efetivos	(48)	(66)	(32)	(66)
Corrente	(54)	(76)	(55)	(78)
Diferido	6	10	23	12
Despesas de imposto de renda e contribuição social	(48)	(66)	(32)	(66)

(*) A reversão da contingência do PPA Bartira de R\$3 no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 (R\$23 em 2015) relativa ao imposto de renda e contribuição social foi classificada como diferido, líquido da referida alíquota.

c) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Prejuízos fiscais e base negativa	10	36	45	64
Provisão para demandas judiciais	166	106	170	107
Estimativa de perda para crédito de liquidação duvidosa	111	92	111	92
Benefício fiscal de ágio sobre incorporação reversa	-	9	-	9
Depreciação e amortização de imobilizado e intangível	(87)	(38)	(98)	(48)
Provisão para despesas correntes	49	32	53	35
Estimativa de perda de ativo imobilizado e estoque	25	21	30	22
PPA Bartira	-	-	(40)	(39)
Provisão para swaps de taxa de juros	2	10	2	10
Arrendamento mercantil financeiro	4	6	6	6
Outros	8	8	2	-
	288	282	281	259
Ativo fiscal diferido	288	282	295	286
Passivo fiscal diferido	-	-	(14)	(27)

d) Realização esperada do imposto de renda e da contribuição social diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos em decorrência de estudos preparados pela Administração quanto à geração de lucros tributáveis que possibilitem a realização total desses valores nos próximos anos, além da expectativa de realização das diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis, conforme indicado a seguir:

Em 31 de dezembro de 2016	Controladora	Consolidado
2017	240	239
2018	40	38
2019	39	38
2020	(15)	(18)
2021	(17)	(14)
Mais de 5 anos	1	(2)
	288	281

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

16. Provisão para demandas judiciais

a) Política Contábil

Para que as provisões para demandas judiciais apresentadas reflitam a melhor estimativa de desembolso futuro, os processos legais são avaliados pela Administração para estimar o potencial de perda de cada processo. Essa análise leva em consideração pareceres jurídicos emitidos por assessores legais além do histórico dos processos da Companhia. As provisões são constituídas para todos os processos que foram analisados e considerados como perda provável.

As provisões para demandas judiciais estão apresentadas de acordo com os valores dos processos, e não consideram os saldos de depósitos judiciais, já que esses estão classificados no ativo dado que não existem as condições requeridas para apresentá-los líquidos com a provisão. Além disso para os casos de honorários sobre êxito, a Companhia tem como prática o provisionamento no momento em que os honorários são incorridos, ou seja, quando do julgamento em definitivo das causas.

b) Saldos e movimentação

	Controladora			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	29	301	113	443
Adições	-	213	207	420
Pagamentos	(2)	(118)	(122)	(242)
Reversões	-	(53)	(119)	(172)
Atualização monetária	2	39	33	74
Saldo em 31 de dezembro de 2015	29	382	112	523
Adições	96	505	148	749
Pagamentos	(29)	(217)	(81)	(327)
Reversões	(1)	(103)	(65)	(169)
Atualização monetária	5	47	16	68
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	614	130	844

	Consolidado			
	Tributárias (i)	Previdenciárias e trabalhistas (ii)	Cíveis e outros (iii)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	135	321	113	569
Adições	5	215	209	429
Pagamentos	(2)	(118)	(122)	(242)
Reversões	(100)	(57)	(119)	(276)
Atualização monetária	2	39	33	74
Saldo em 31 de dezembro de 2015	40	400	114	554
Reorganização societária (nota 26)	-	2	33	35
Adições	96	531	161	788
Pagamentos	(29)	(224)	(88)	(341)
Reversões	(12)	(119)	(72)	(203)
Atualização monetária	5	49	19	73
Saldo em 31 de dezembro de 2016	100	639	167	906

(i) Tributárias

Os processos tributários fiscais estão sujeitos, por lei, à atualização mensal, que se refere a um ajuste no montante de provisões para demandas judiciais de acordo com as taxas dos indexadores utilizados por cada jurisdição fiscal. Em todos os casos, tanto os encargos de juros quanto as multas, quando aplicável, foram computados e totalmente provisionados com respeito aos montantes não pagos.

- Os principais processos tributários provisionados referem-se à contingências avaliadas pela Companhia, com suporte de seus advogados externos que em razão do andamento processual, foi recomendada provisão em junho de 2016 cujo montante atualizado é de R\$98, sendo a principal demanda no valor de R\$57 devido a não homologação de compensações relativas a crédito de PIS/COFINS.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

- No terceiro trimestre de 2016, o processo de majoração da alíquota de ICMS em 1,0%, instituído pelo Estado do Rio de Janeiro - Fundo Estadual de Combate à Pobreza foi liquidado em razão da decisão em favor do Estado do Rio de Janeiro, utilizando para o pagamento o valor do depósito judicial realizado em anos anteriores no montante de R\$28.

(ii) Previdenciárias e trabalhistas

A Companhia é parte em vários processos trabalhistas, principalmente devido a demissões no curso normal de seus negócios. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia mantinha uma provisão no montante de R\$639 (R\$400 em 31 de dezembro de 2015).

A Companhia possui 30.970 processos trabalhistas ativos em 31 de dezembro de 2016 (21.324 em 31 de dezembro de 2015). A provisão sobre contingências trabalhistas é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por cargo do reclamante.

(iii) Cíveis e outros

A Companhia responde a ações de natureza cível e outras em diversos níveis judiciais. Os principais processos são referentes a:

- Ações renovatórias de aluguel de lojas, em que a Companhia é obrigada a pagar valores provisórios de aluguéis até o seu trânsito em julgado. A Companhia constitui provisão entre o valor pago a título de aluguel provisório e aquele determinado em decisão judicial. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo da provisão era de R\$72 (R\$50 em 31 de dezembro de 2015).
- Ações envolvendo direitos das relações de consumo. A Companhia possui 52.739 processos cíveis em andamento em 31 de dezembro de 2016 (27.071 em 31 de dezembro de 2015). A provisão é calculada com base no histórico de perdas sobre toda a massa de processos e o valor histórico de perdas por tipo de reclamação. Em 31 de dezembro de 2016, o saldo dessa provisão era de R\$95 (R\$64 em 31 de dezembro de 2015).

c) Passivos contingentes

A Companhia possui outras demandas que foram analisadas por consultores jurídicos e consideradas como possíveis, portanto, não provisionadas, totalizando R\$1.347 em 31 de dezembro de 2016 (R\$1.209 em 31 de dezembro de 2015), e que são relacionadas principalmente a:

Tributárias

- COFINS, PIS, IRPJ, IRRF, CSLL, IOF, IPI e INSS: (i) processos administrativos e judiciais relacionados a pedidos de compensação não reconhecidos pelo Fisco, gerados em virtude de créditos advindos de êxito em processos judiciais, referentes a divergência de recolhimentos, pagamentos a maior e multa por descumprimento de obrigação acessória; (ii) autuação fiscal em decorrência da exclusão de valores considerados pela Receita Federal como receitas tributáveis e do aproveitamento de créditos de PIS e COFINS não cumulativos referente a bonificações recebidas de fornecedores e taxa de administração de cartão. O montante envolvido nos referidos processos era de aproximadamente R\$485 em 31 de dezembro de 2016 (R\$488 em 31 de dezembro de 2015).
- ICMS, ISS e taxas: autuações fiscais decorrentes da tributação da comercialização de serviços, diferenças de informações transmitidas para a Fazenda Estadual, bem como visando rever a apropriação de créditos: (i) aquisição de mercadorias de fornecedores com inscrição estadual irregular perante o Fisco; (ii) descumprimento de obrigações acessórias; (iii) decorrentes da comercialização de garantia estendida e (iv) outros de menor materialidade. O montante envolvido nas referidas autuações era de aproximadamente R\$601 em 31 de dezembro de 2016 (R\$523 em 31 de dezembro de 2015).
- Ágio Mandala: autuação fiscal em razão da dedução de encargos de amortização nos anos de 2012 e 2013, do ágio originado da aquisição do Ponto Frio ocorrida no ano-calendário de 2009. O valor atualizado do auto de infração corresponde a R\$79 de IRPJ e CSLL (R\$72 em 31 de dezembro de 2015).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Depósitos judiciais

A Companhia está contestando o pagamento de certos impostos, contribuições e obrigações trabalhistas e efetuou depósitos recursais (vinculados), de montantes equivalentes aos pendentes das decisões legais finais. Este montante está registrado no ativo da Companhia, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Previdenciárias e trabalhistas	555	340	566	350
Tributárias	26	46	28	48
Cíveis e outros	18	14	21	16
	<u>599</u>	<u>400</u>	<u>615</u>	<u>414</u>

e) Garantias

A Companhia ofereceu garantias em algumas ações cíveis, trabalhistas e tributárias, conforme demonstrado a seguir:

Ações	Imóveis	Carta de fiança	Total
Tributárias	17	1.489	1.506
Cíveis e outras	12	190	202
Previdenciária e trabalhistas	2	36	38
	<u>31</u>	<u>1.715</u>	<u>1.746</u>

O custo anual das cartas de fiança é de aproximadamente 0,6% e é registrado na rubrica "Despesas financeiras", pela fluência do prazo.

17. Operações de arrendamento mercantil

a) Política Contábil

A Companhia arrenda equipamentos e espaços, incluindo lojas e centros de distribuição, em contratos canceláveis e não canceláveis de arrendamento mercantil. Os prazos dos contratos variam entre 3 e 20 anos.

Os contratos de espaços podem ser renovados e possuem cláusulas de reajuste periódico do valor do aluguel, conforme índices de inflação negociados entre as partes.

Arrendamentos mercantis são reconhecidos como financeiros quando os riscos e benefícios do ativo arrendado são substancialmente transferidos para a Companhia, caso contrário são classificados como operacionais.

Arrendamentos mercantis financeiros são capitalizados pelo seu valor justo na data de aquisição, ou se menor, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, ambos calculados na data de assinatura do contrato. Os arrendamentos mercantis financeiros são depreciados pela sua vida útil econômica ou pelo prazo do contrato, dos dois o menor. A correspondente obrigação assumida pela Companhia referente ao bem arrendado é incluída no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Empréstimos e Financiamentos". Pagamentos realizados são divididos entre pagamentos do principal da dívida de arrendamento mercantil financeiro reconhecida no passivo, e despesas financeiras reconhecidas na demonstração de resultado do exercício. Despesas financeiras são reconhecidas na demonstração de resultado do exercício pelo período remanescente do contrato, com base no valor em aberto do passivo de arrendamento mercantil financeiro, utilizando-se o método de reconhecimento de juros pela fluência do prazo.

Pagamentos de arrendamentos mercantis operacionais e benefícios recebidos ou a receber como incentivo para a contratação do arrendamento mercantil operacional são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício linearmente conforme o seu prazo contratual.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Arrendamento mercantil operacional

Os contratos de arrendamento operacional mantidos pela Companhia são avaliados periodicamente quanto a sua possibilidade de cancelamento, classificando-os em contratos "canceláveis" e "não-canceláveis".

(i) Pagamentos mínimos não canceláveis

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Menos de 1 ano	61	51	69	51
De 1 a 5 anos	243	203	248	203
Mais de 5 anos	349	345	349	345
	653	599	666	599

Os contratos de arrendamento operacional variam de 3 a 20 anos e na tabela acima estão divulgados os valores dos contratos não canceláveis de locação de imóveis até as respectivas datas de vencimento.

A Companhia possui outros contratos de arrendamento operacional que na avaliação da Administração da Companhia são considerados como canceláveis, cuja despesa é registrada pela fluência do prazo. O montante da despesa na rubrica "pagamentos não contingentes" com contratos de arrendamento operacional está demonstrado no item (iii) abaixo.

(ii) Pagamentos mínimos na rescisão de contratos de locação

A Companhia avaliou e concluiu que a maioria dos contratos de locação de imóveis são canceláveis durante sua vigência, e na ocorrência de cancelamento do contrato, serão devidos pagamentos mínimos de rescisão que podem variar de 1 a 12 meses do aluguel mensal ou um percentual fixo sobre o saldo contratual.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos mínimos na rescisão	454	433	473	441

(iii) Despesas com aluguéis

A Administração considera o pagamento de aluguéis adicionais como pagamentos contingentes, que variam entre 0,1% e 4,5% das vendas.

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Pagamentos contingentes considerados como despesas durante o exercício	45	77	45	77
Pagamentos não contingentes	708	692	721	694

c) Arrendamento mercantil financeiro

Os compromissos e as obrigações referentes aos contratos de aluguéis de equipamentos de informática e *software* estão demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Passivo de arrendamento mercantil financeiro				
Menos de 1 ano	23	23	27	23
De 1 a 5 anos	85	90	89	90
Mais de 5 anos	18	36	18	36
Valor bruto dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	126	149	134	149
Encargos futuros de financiamento	(31)	(42)	(32)	(42)
Valor atual dos contratos de arrendamento mercantil financeiro	95	107	102	107

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

18. Receitas diferidas

a) Política contábil

As receitas diferidas decorrentes da antecipação de valores recebidos de parceiros comerciais pela exclusividade na prestação de determinados serviços são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício à medida que as *performances* contidas nos respectivos contratos são cumpridas.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Garantias complementares ou estendidas (i)	653	735	653	735
Operação de cartões e correspondente bancário (ii)	584	686	646	686
Seguros e serviços (iii)	310	-	329	-
Direitos outorgados	30	13	30	13
Outros	4	19	4	19
	1.581	1.453	1.662	1.453
Circulante	323	265	336	265
Não circulante	1.258	1.188	1.326	1.188

(i) Garantias complementares ou estendidas

Corresponde ao contrato celebrado em 2014 Zurich Minas Brasil Seguros S.A. ("Zurich") para a intermediação de venda de garantia estendida nas lojas Casas Bahia e Ponto Frio com vigência até 2020.

(ii) Operação de cartões e correspondente bancário

Em 4 de dezembro de 2015, a Via Varejo celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Banco Bradesco S.A. e o Banco Bradescard S.A. (conjuntamente, "Bradesco") com vigência até 28 de agosto de 2029. O contrato altera e inclui cláusulas no contrato firmado entre as partes, na época Casa Bahia Comercial Ltda. e Bradesco, no dia 10 de novembro de 2006. São partes do acordo: disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" e; disposições gerais aplicáveis à prestação de serviços financeiros, correspondente bancário e serviço de crédito direto ao consumidor. Os valores envolvidos na transação montam R\$704 e são divididos em antecipação de comissões, no valor de R\$550, e remunerações adicionais, no valor de R\$154.

O valor recebido de R\$550 será reconhecido no resultado do exercício na medida em que as metas contratuais são atingidas e deverão ser compensadas em até 9 anos, enquanto as remunerações adicionais de R\$154 serão realizadas conforme determinado pelo contrato, sendo R\$74 até 2020 e R\$80 até 2021.

Em 22 de setembro de 2016, a Cnova Brasil celebrou contrato de prestação de serviços financeiros com o Bradesco com vigência até 28 de agosto de 2029. Como parte do acordo, foram definidas disposições sobre a oferta de cartões *co-branded* e outros serviços financeiros correlatos relacionados à marca "Casas Bahia" na rede *e-commerce*. Na data de assinatura deste acordo foi recebido a título de antecipação o valor de R\$60 e será reconhecido no resultado à medida em que as metas contratuais são atingidas em até 8 anos.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

(iii) Seguros e serviços

Em 16 de dezembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de prestação de serviços com a Zurich para a distribuição de seguros de acordo com os termos e condições estabelecidas no contrato com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$254 para Via Varejo e R\$16 para Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

Em 9 de novembro de 2016 a Companhia celebrou contrato de comercialização de serviços de multiassistência a serem intermediados pela Tempo USS com vigência até 2022. O montante recebido a título de antecipação foi de R\$57 para a Via Varejo e R\$3 para a Cnova Brasil e será reconhecido no resultado à medida que as metas contratuais são atingidas.

c) Estimativa da Administração para realização dos valores classificados como “Não circulante”

Ano	Controladora	Consolidado
2018	324	335
2019	325	336
2020	263	274
2021	123	134
2022 em diante	223	247
Total	1.258	1.326

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$2.895 e estava representado por 1.291.093 milhares de ações, sendo 655.939 milhares de ações ordinárias e 635.154 milhares de ações preferenciais, todas escriturais nominativas e sem valor nominal.

Em decorrência de exercício de opção de ações, o Conselho de Administração aprovou aumento de capital nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015:

- No dia 27 de julho de 2015, aumento de capital no valor de R\$478,68 (quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e oito centavos), mediante emissão de 15.956 unidades de ações ordinárias e 31.912 unidades de ações preferenciais, perfazendo 15.956 *units*.
- No dia 28 de outubro de 2015, aumento de capital no valor de R\$289,71 (duzentos e oitenta e nove reais e setenta e um centavo), mediante emissão de 28.971 unidades de ações ordinárias e 57.942 unidades de ações preferenciais, perfazendo 28.971 *units*.
- No dia 23 de fevereiro de 2016, aumento de capital no valor de R\$14,52 (quatorze reais e cinquenta e dois centavos), mediante emissão de 1.452 unidades de ações ordinárias e 2.904 unidades de ações preferenciais, perfazendo 1.452 *units*.
- No dia 06 de maio de 2016, aumento de capital no valor de R\$104,72 (cento e quatro reais e setenta e dois centavos), mediante emissão de 10.472 unidades de ações ordinárias e 20.944 unidades de ações preferenciais, perfazendo 10.472 *units*.
- No dia 14 de dezembro de 2016, aumento de capital no valor de R\$74.043,80 (setenta e quatro mil, quarenta e três reais e oitenta centavos), mediante emissão de 56.946 unidades de ações ordinárias e 113.892 unidades de ações preferenciais, perfazendo 56.946 *units*.

O detalhamento do exercício das opções de ações consta no item (d) desta nota explicativa.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

b) Reservas de capital

(i) Especial de ágio

O valor registrado na rubrica “Reserva especial de ágio” decorre da incorporação da Mandala Empreendimentos e Participações S.A. pela Companhia em 22 de dezembro de 2009, empresa que continha o ágio gerado pela aquisição de Via Varejo por CBD. O ágio incorporado está com uma provisão de integridade do patrimônio de 66%, a fim de remanescer o benefício tributário que foi amortizado de acordo com o benefício econômico do ágio. Conforme estabelecido no Protocolo e Justificação da Incorporação das Ações de Emissão de Nova Casa Bahia, celebrado em 5 de outubro de 2010 (aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 9 de novembro de 2010), o benefício fiscal decorrente dessa amortização passará a ser capitalizado sem a emissão de novas ações, ou seja, em benefício de todos os acionistas de Via Varejo.

(ii) Transações com controladores

A Companhia exerceu uma opção de compra para a aquisição do controle da Bartira, conforme aprovado em Assembleia Geral de Acionistas de 31 de outubro de 2013. Para tanto, a CBD fez uma contribuição de capital para a Companhia relativo ao valor justo da opção de compra, no montante de R\$314. O objetivo dessa contribuição foi para manter na Companhia toda a participação na Bartira.

As mudanças na participação societária na investida Cnova Brasil (anteriormente Nova Pontocom) ocorridas em 2013 e 2014 foram reconhecidas nesta reserva, totalizando o montante de R\$ 129 relativas a transferência de controle para a CBD e, subsequente, abertura de capital.

Em 2016, em virtude da Reorganização Societária pela qual Cnova Brasil passou a ser controlada integral da Via Varejo, foi registrado nessa rubrica o valor de R\$1.355 relativo ao reconhecimento do valor contábil do acervo líquido recebido de Cnova Brasil e R\$47 relativo ao pagamento realizado em favor da Cnova N.V., conforme descrito na nota 26.

c) Reservas de Lucros

(i) Orçamento de capital

Em 2013, a Administração da Companhia propôs a retenção da parcela do lucro líquido, correspondente ao lucro não realizado, pelo ganho a valor justo com a aquisição da Bartira de R\$158, conforme mensuração inicial. Para essa operação foi constituída reserva de orçamento de capital. Os saldos incluídos nessa reserva poderão ser distribuídos com a alienação do investimento ou reclassificado na eventualidade de constituição de provisão para não realização de ativos, para os quais não há prazo definido, ou ainda por determinação da Assembleia de Acionistas.

(ii) Investimentos

Conforme o artigo 199 da Lei nº 6.404/76, a Companhia pode constituir reserva de investimentos desde que o valor não seja superior ao valor de capital social. Segundo o Estatuto Social, a reserva de investimento tem por finalidade:

- Assegurar recursos para investimentos em bens do ativo permanente, sem prejuízo de retenção de lucros nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76.
- Reforço de capital de giro.
- Ser utilizada em operações de resgate, reembolso ou aquisição de ações do capital da Companhia, podendo a Assembleia Geral deliberar sua dispensa na hipótese de pagamento de dividendos adicionais ao dividendo obrigatório.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Plano de opções de compra de ações ordinárias e preferenciais

(i) Política contábil

Em troca de serviços prestados por um determinado período de tempo, os diretores e diretores executivos da Companhia podem receber remuneração que são parcialmente pagas em ações ("operações liquidadas com ações").

O custo das operações liquidadas com ações é reconhecido como despesa do exercício ao longo do período no qual as condições de *performance* e/ou prestação de serviços são satisfeitas ("condições para o exercício"), com um correspondente aumento no patrimônio líquido da Companhia. Em cada data-base, a Companhia reavalia a quantidade de instrumentos patrimoniais que serão entregues, excluindo quaisquer instrumentos que tenham sido expirados e não exercidos. A despesa referente a cada exercício representa a movimentação das despesas acumuladas reconhecidas no início e no fim do exercício.

Quando uma operação liquidada com ações é modificada, a despesa adicionada é reconhecida pelo período remanescente em que as condições para o exercício são atendidas. No caso do cancelamento de uma operação liquidada com ações, este é classificado como se fosse integralmente adquirido pelo beneficiário, sendo as despesas remanescentes não reconhecidas referentes à operação liquidada com ações registradas integralmente na demonstração de resultado do exercício.

(ii) Programa de ações

A Companhia mantém programas de opção de compra de ações preferenciais e ordinárias aprovados pela Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de maio de 2014. Os programas têm o objetivo de: propiciar a participação dos administradores e empregados da Companhia no seu capital e nos acréscimos patrimoniais decorrentes dos resultados para os quais referidos administradores e empregados tenham contribuído; estimular a consecução dos objetivos sociais da Companhia; e alinhar os interesses dos administradores e empregados da Companhia com os dos acionistas da Companhia.

As ações decorrentes do exercício das opções terão os direitos estabelecidos nos respectivos planos, sendo certo que lhes será assegurado o direito de perceber os dividendos que vierem a ser distribuídos a partir da aquisição da ação. As opções outorgadas com base nos planos são pessoais e intransferíveis.

Conforme os termos dos programas, cada opção oferece ao seu beneficiário o direito de comprar uma ação ordinária e duas ações preferenciais de emissão da Companhia, visto que o beneficiário poderá, a seu exclusivo critério, utilizar tais ações para a formação de *units* da Companhia.

As opções de ações poderão ser exercidas por seus beneficiários em até 6 meses após o respectivo período de carência. A principal condição para que as opções possam ser exercíveis (*vested*) é a permanência do beneficiário como empregado da Companhia. Os planos diferem, exclusivamente, no preço de exercício das opções, nas datas de outorga e na existência ou não de um período de restrição para venda das *units* adquiridas no exercício da opção.

A tabela a seguir apresenta os detalhes e a movimentação de cada um dos programas no exercício findo em 31 de dezembro de 2016:

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Séries	Data da outorga	Término da carência	Data limite para exercício da opção	Valor de Exercício (em reais)	Quantidade de opções em vigor em 31.12.2015	Opções outorgadas em novos programas	Opções canceladas	Opções exercidas	Quantidade de opções em vigor em 31.12.2016
A1 e A2	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	R\$19,98	332.954	-	(43.917)	-	289.037
B1 e B2	30/05/2014	30/05/2017	30/11/2017	R\$0,01	333.085	-	(23.525)	(20.409)	289.151
A3	29/05/2015	29/05/2018	30/11/2018	R\$15,00	628.123	-	(100.815)	-	527.308
B3	29/05/2015	29/05/2018	30/11/2018	R\$0,01	628.123	-	(78.302)	(22.513)	527.308
A4	31/05/2016	31/05/2019	30/11/2019	R\$5,28	-	2.257.147	(118.717)	(13.942)	2.124.488
B4	31/05/2016	31/05/2019	30/11/2019	R\$0,01	-	2.257.147	(120.653)	(12.006)	2.124.488
C1	31/10/2016	20/11/2018	20/05/2019	R\$0,01	-	62.696	-	-	62.696

Devido aos programa ainda estarem em seu período de carência, não houve quaisquer opções exercidas no exercício que não sejam através de rescisão administradores e empregados.

O valor justo das opções dos programas foi calculado com base no modelo de precificação de opções *Black & Scholes*, tendo sido consideradas as seguintes premissas (dadas na data de outorga):

Séries	Volatilidade esperada (*)	Preço de exercício (em reais)	Opções outorgadas	Valor de mercado médio (em reais) das <i>units</i> (**) na data da outorga	Valor justo por opção (em reais)	Vida média esperada até a data de exercício	Dividend yield esperado	Taxa livre de risco (projeção do CDI na data do vencimento)
A1 e A2	85,33%	R\$19,98	476.387	R\$ 23,82	R\$ 14,87	36 meses	3,74%	11,70%
B1 e B2	85,33%	R\$0,01	476.578	R\$ 23,82	R\$ 21,43	36 meses	3,74%	11,70%
A3	33,79%	R\$15,00	686.651	R\$ 15,32	R\$ 15,23	36 meses	3,32%	12,72%
B3	33,79%	R\$0,01	686.651	R\$ 15,32	R\$ 15,32	36 meses	3,32%	12,72%
A4	54,48%	R\$5,28	2.257.147	R\$ 6,23	R\$ 3,44	36 meses	0,12%	14,13%
B4	54,48%	R\$0,01	2.257.147	R\$ 6,23	R\$ 6,22	36 meses	0,12%	14,13%
C1	62,81%	R\$0,01	62.696	R\$ 9,15	R\$ 9,14	25 meses	0,08%	13,88%

(*) Com base na volatilidade histórica anualizada dos retornos das *units* da Companhia.

(**) Cada *unit* corresponde a uma ação ordinária e duas ações preferenciais.

O total da despesa relativa aos programas de ações reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$11 (R\$9 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015).

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

e) Dividendos propostos com base nas demonstrações financeiras

(i) Política contábil

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo no encerramento do exercício com base nos dividendos mínimos obrigatórios definidos no Estatuto Social. Os eventuais valores que excederem o valor mínimo são registrados somente na data em que tais dividendos adicionais são deliberados e aprovados pelos administradores ou pelos acionistas da Companhia.

(ii) Dividendos propostos

	31.12.2015
Lucro líquido do exercício	14
(-) Constituição da Reserva Legal - 5%	1
Base de cálculo	13
Dividendo mínimo obrigatório - 25%	3

Não houve distribuição de dividendos relativo ao exercício de 2016 pois a Companhia não apurou lucro no exercício.

Em relação ao exercício de 2015, a Companhia efetuou o pagamento de dividendos no montante de R\$3 durante o exercício de 2016, conforme aprovado pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária.

20. Receita de venda de mercadorias e serviços

a) Política contábil

A Companhia comercializa produtos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, móveis, telefonia e outros itens domésticos. Adicionalmente, também oferece serviços, tais como intermediação na venda de garantias estendidas, serviços de instalação de equipamentos e financeira operacional como crediário e cartões de crédito *co-branded* e *marketplace*. As receitas obtidas na manufatura de móveis através da controlada Bartira e nos serviços de transportes através da VVLog são substancialmente destinadas às operações da Companhia e, conseqüentemente, eliminadas no processo de consolidação das demonstrações financeiras.

As receitas resultantes da venda de produtos são reconhecidas pelo seu valor justo quando os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador. A Companhia também deve deixar de ter o controle ou a responsabilidade pelas mercadorias vendidas, bem como os benefícios econômicos gerados para a Companhia através da venda de produtos. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

As devoluções e cancelamentos de venda de mercadorias são reconhecidos quando da sua efetiva ocorrência. As receitas derivadas da operação da Companhia são apresentadas líquidas de devoluções e cancelamentos. É prática da Companhia não aceitar devoluções imotivadas, exceto aquelas previstas no Código Comercial. As devoluções geralmente não representam perdas relevantes para a Companhia, pois são reembolsadas pelas garantias dos fabricantes.

Para as operações de intermediação na venda de seguros ou garantia estendida, a Companhia não retém os riscos atrelados nos sinistros ocorridos e não é a responsável primária no atendimento às obrigações das apólices vendidas. As receitas de comissão resultantes da remuneração da Companhia pela intermediação na venda de apólices de seguros ou garantia estendida são reconhecidas no resultado quando os serviços de intermediação são prestados.

Como a atividade de financiamento ao consumidor é fundamental para a condução dos negócios da Companhia, a receita financeira dessa operação é contabilizada como receita operacional ao longo do prazo determinado para cada transação realizada, utilizando-se a taxa efetiva de juros.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Todas as receitas estão sujeitas à contribuição para o Programa de Integração Social ("PIS") e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), conforme a alíquota atribuída a cada operação. As receitas de mercadorias estão sujeitas ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ("ICMS") e as receitas de serviços ao Imposto Sobre Serviços ("ISS"), tributos estes calculados com base nas alíquotas vigentes em cada estado e município, respectivamente.

b) Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Mercadorias	19.039	20.042	20.055	20.046
Serviços	1.392	1.344	1.455	1.345
Financeira operacional	1.421	1.398	1.421	1.398
Devoluções e cancelamento de vendas	(617)	(971)	(638)	(971)
	21.235	21.813	22.293	21.818
Tributos	(2.356)	(2.549)	(2.474)	(2.550)
	18.879	19.264	19.819	19.268

21. Despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas com ocupação	813	807	826	811
Despesas com pessoal	2.882	2.714	3.012	2.795
Despesas com frete	424	467	476	503
Custo com estoques vendidos	11.423	11.893	11.932	11.769
Despesa com serviços de terceiros	1.511	1.529	1.635	1.561
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	556	552	573	552
Outros	69	41	103	46
	17.678	18.003	18.557	18.037
Custo de mercadorias e serviços vendidos	12.442	13.067	13.113	13.095
Despesas com vendas	4.648	4.436	4.814	4.440
Despesas gerais e administrativas	588	500	630	502
	17.678	18.003	18.557	18.037

22. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Ganho (perda) na alienação de ativo imobilizado e intangível	(21)	(13)	(23)	(13)
Resultado - lojas CADE (i)	(6)	(5)	(6)	(5)
Estimativa de perda com recebíveis na alienação de ativo imobilizado	(1)	8	(1)	8
Despesas com reestruturação (ii)	(127)	(192)	(116)	(192)
PPA Bartira	-	-	2	77
Despesas com regularização de débitos fiscais (iii)	(34)	(24)	(34)	(24)
Outras	(5)	(18)	(7)	(17)
	(194)	(244)	(185)	(166)

- (i) Resultado reconhecido em 2016 referente a baixa de ativos relacionados ao processo de cumprimento do Termo de Compromisso de Desempenho ("TCD") celebrado com o CADE no valor de R\$2 e a multa pelo fechamento das últimas 8 lojas no valor de R\$4.
- (ii) Em 2016 e 2015, foram implementadas medidas para adequar a estrutura de despesas da Companhia, abrangendo todas as áreas operacionais e administrativas. Nessa linha estão registrados, principalmente os gastos com rescisão de funcionários, fechamento de lojas e readequação logística.
- (iii) Em 2016 e 2015, a Companhia aderiu a programas de incentivos fiscais para regularização de débitos tributários junto a governos estaduais e municipais.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

23. Resultado financeiro, líquido

	Controladora		Consolidado	
	31.12.2016	31.12.2015	31.12.2016	31.12.2015
Despesas financeiras				
Custo da dívida	(425)	(431)	(474)	(429)
Custo com venda e desconto de recebíveis	(351)	(363)	(351)	(363)
Atualizações passivas	(118)	(117)	(125)	(118)
Outras despesas financeiras	(70)	(52)	(106)	(52)
Total de despesas financeiras	(964)	(963)	(1.056)	(962)
Receitas financeiras				
Rentabilidade de caixa e equivalentes de caixa	110	103	115	105
Atualizações ativas	126	203	131	197
Antecipação a fornecedores	22	27	24	28
Outras receitas financeiras	1	4	10	5
Total de receitas financeiras	259	337	280	335
Resultado financeiro, líquido	(705)	(626)	(776)	(627)

24. Resultado por ação

a) Política contábil

A Companhia apresenta dois métodos de cálculo do resultado por ação: (i) lucro (prejuízo) básico; e (ii) lucro (prejuízo) diluído. O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado com base no número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, exceto as ações emitidas para pagamento de dividendos e ações em tesouraria. O lucro (prejuízo) diluído leva em consideração o número médio ponderado de ações em circulação durante o exercício, deduzidos os instrumentos patrimoniais potencialmente dilutivos sobre a participação de seus acionistas em exercícios futuros, tais como as opções de ações que, se exercidas pelos seus detentores, aumentarão o número de ações ordinárias e/ou preferenciais da Companhia, diminuindo o lucro por cada ação.

b) Quadro de resultado por ação

O quadro a seguir apresenta a determinação do lucro (prejuízo) líquido disponível aos detentores de ações e a média ponderada das ações em circulação utilizada para calcular o lucro (prejuízo) básico e diluído por ação em cada exercício apresentado.

	31.12.2016			31.12.2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador básico (*)						
Dividendos propostos	-	-	-	2	2	3
Lucro (prejuízo) básico alocado e não distribuído	(48)	(47)	(95)	5	5	11
Lucro (prejuízo) líquido alocado disponível a acionistas ordinários e preferencialistas	(48)	(47)	(95)	7	7	14
Denominador básico (em milhares de ações)						
Média ponderada da quantidade de ações	655.880	635.038	1.290.918	655.829	634.936	1.290.765
Lucro (prejuízo) básico por ação (em R\$)	(0,07354)	(0,07354)		0,01091	0,01091	
Denominador diluído (em milhares de ações)						
Opções de compra de ações	-	-	-	958	1.916	2.874
Média ponderada das quantidades de ações	655.880	635.038	1.290.918	655.829	634.936	1.290.765
Média ponderada diluída das ações	655.880	635.038	1.290.918	656.787	636.852	1.293.639
Lucro (prejuízo) diluído por ação (em R\$)	(0,07354)	(0,07354)		0,01090	0,01088	

(*) Valores arredondados.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, as opções de ações séries A1, A2 e A3, ambas descritas na nota explicativa nº 19(d), não tiveram seus efeitos dilutivos considerados no cálculo do lucro diluído por ação. Seus preços de exercício estão superiores aos preços da *unit* praticados no mercado e, portanto, não representam potencial de diluição.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, as opções de compras de ações não tem efeito dilutivo devido ao prejuízo apurado.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

25. Cobertura de seguro

A Companhia tem como prática a contratação de seguros, a fim de minimizar os riscos de danos ao patrimônio e que acarretar prejuízos para os negócios. Os seguros compreendem a proteção das lojas, centros de distribuição, prédios administrativos, incluindo todo o imobilizado e estoques. A frota de caminhões e veículos leves também é segurada. Para quaisquer perdas que a Companhia venha a sofrer pela paralização das atividades em decorrência de acidentes cobertos pela apólice, o seguro de lucro cessante cobre os prejuízos causados.

A cobertura de seguro em 31 de dezembro de 2016 é considerada suficiente pela Administração para cobrir possíveis sinistros e pode ser resumida da seguinte forma:

<u>Bens segurados</u>	<u>Riscos cobertos</u>	<u>Montante da cobertura</u>
Imobilizado e estoques	Lucros nomeados	9.814
Lucro	Lucros cessantes	5.576
Automóveis e outros (*)	Perdas e danos	190

(*) Não contempla a cobertura dos cascos, os quais estão segurados pelo valor de 100% da tabela da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas ("FIEPE").

A Companhia mantém apólices específicas cobrindo riscos de responsabilidade civil e administrativa no valor de R\$234.

26. Reorganização societária

Em 12 de maio de 2016, a Companhia assinou um Memorando de Entendimento não vinculante ("MoU") com sua associada Cnova N.V. sobre uma possível reorganização envolvendo a Cnova Brasil com a Companhia.

As companhias envolvidas na reorganização (Via Varejo, CBD e Cnova N.V.) constituíram Comitês Especiais e independentes entre si para avaliar e negociar os termos da reorganização.

O Comitê Especial da Via Varejo apresentou suas recomendações ao Conselho de Administração em 8 de agosto de 2016, que aprovou o Acordo de Reorganização e o submeteu à Assembleia de Acionistas da Companhia. Nesta reunião foram apresentados estudos econômicos que demonstravam os valores justos das companhias envolvidas na transação.

O Acordo de Reorganização foi aprovado pela Administração considerando o mérito operacional e estratégico da nova estrutura, o aproveitamento de sinergias e o potencial para criação de valor para a Companhia e acionistas. A Via Varejo e a Cnova Brasil já atuavam em mercados semelhantes e com as mesmas marcas âncoras, sendo Via Varejo através de lojas físicas e Cnova Brasil através do comércio eletrônico.

Em 12 de setembro de 2016, a reorganização societária foi aprovada em assembleia de acionistas da Via Varejo e em 27 de outubro de 2016 houve aprovação da assembleia de acionistas da Cnova N.V. A partir desta data foi implementada a reorganização societária das companhias, passando assim, a Via Varejo, a comandar as atividades de comércio eletrônico das bandeiras "Ponto Frio", "Casas Bahia", "Extra", "Barateiro" e "Partiu Viagens", dando início à captura das sinergias esperadas em decorrência da integração.

Em 31 de outubro de 2016 a Reorganização foi implementada de forma a não gerar qualquer diluição da participação dos acionistas da Via Varejo através da constituição de uma subsidiária integral da Companhia denominada VVPart que recebeu a participação total da Via Varejo em Cnova N.V. no valor credor de R\$371 (equivalente a 21,93% do capital social de Cnova N.V.) mais um aporte de capital social em dinheiro de R\$392.

Em seguida, ocorreu a troca de ações, com a Cnova N.V. entregando a totalidade das ações de Cnova Brasil para VVPart, enquanto VVPart entregou para Cnova N.V. sua participação de 21,93% em Cnova N.V. adicionado do montante de R\$ 21. Desta forma Via Varejo passou a ser o controlador integral de Cnova Brasil e não retendo nenhuma participação em Cnova N.V.

O investimento negativo em Cnova N.V. de R\$5 foi baixado contra a conta Transação com acionistas no patrimônio líquido, bem como a contrapartida do pagamento de R\$21 já descrito acima.

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

Logo após a troca de ações, VVPart foi incorporada pela Cnova Brasil. Com a incorporação, o investimento negativo que VVPart possuía em Cnova Brasil foi eliminado contra o Patrimônio Líquido da própria Cnova Brasil.

O acordo de reorganização societária previa a avaliação do patrimônio de Cnova Brasil na data do fechamento da operação. Em 31 de outubro de 2016 foi apurado, conforme os termos do acordo, um ajuste de preço totalizando R\$26, pagos em 30 de dezembro de 2016 registrado na conta de Transações com controladores no Patrimônio Líquido.

Com a troca de controle da Cnova Brasil, houve a necessidade de liquidação de contratos de empréstimo existentes entre Cnova Brasil e Cnova N.V. no montante de R\$541, ocorrido em 8 de novembro de 2016.

Todos os registros foram realizados à valores contábeis, não havendo nenhum montante de valor justo, ágio ou mais valia de ativos registrado em quaisquer empresas envolvidas na transação. O entendimento da Companhia é de que transações de reorganização societária devem ser registradas utilizando os valores contábeis de ambas as empresas envolvidas na transação, bem como os pagamentos realizados para outras empresas do grupo econômico são registradas como transações do patrimônio líquido, e não afetam o resultado do exercício.

Na Via Varejo foi necessário realizar o reconhecimento do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil após as trocas de ações e incorporação citadas anteriormente. Após a incorporação do patrimônio de VVPart, o valor do patrimônio líquido negativo de Cnova Brasil era de R\$1.376, incluindo aí o pagamento de R\$21 já descrito anteriormente, que foram integralmente reconhecidos na conta Transações com controladores no patrimônio de Via Varejo.

Os valores dos ativos e passivos de Cnova Brasil em 31 de outubro de 2016, conforme os registros contábeis, são os seguintes:

	31.10.2016
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa (*)	435
Contas a receber	204
Estoques	612
Outros ativos	432
Imobilizado	93
Intangível	150
Ativos adquiridos	1.926
Passivo	
Empréstimos e financiamentos	(1.356)
Fornecedores	(1.165)
Partes relacionadas	(320)
Outros passivos circulantes	(405)
Provisão para demandas judiciais	(35)
Passivos assumidos	(3.281)
Patrimônio líquido assumido	1.355

(*) Via Varejo realizou um aporte de R\$392 em VVPart, incorporada subsequentemente por Cnova Brasil. Desta forma a contribuição de caixa de Cnova Brasil na consolidação com Via Varejo foi de R\$43.

Segue resumo dos pagamentos realizados para Cnova N.V. em face da reorganização societária e reconhecidos no patrimônio líquido de Via Varejo como transação com controladores:

Pagamento para Cnova N.V. em outubro/2016	21
Pagamento para Cnova N.V. em dezembro/2016	26
Pagamento total realizado para Cnova N.V. para a reorganização societária	<u>47</u>

Via Varejo S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma

27. Informações sobre os segmentos

Até 2015 a Companhia atuava e reportava suas informações através de um único segmento definido como lojas físicas (*“offline”*). A reorganização societária ocorrida em 2016, conforme descrito na nota explicativa nº 26, que resultou na integração dos negócios de comércio eletrônico (*“online”*) e lojas físicas foi realizada visando a implementação de uma gestão operacional unificada para ambos negócios, bem como proporcionar maior competitividade e melhor posicionamento estratégico à Companhia.

Pelas características similares de ambos os negócios *online* e *offline*, onde as receitas e os negócios explorados são significativamente semelhantes, a Administração considerou apenas um único segmento operacional reportável.

O principal tomador de decisões é o CEO da Via Varejo, e são avaliadas as receitas obtidas pelas lojas físicas e pela plataforma online de forma segmentada, porém toda a estrutura de custos e despesas passou por um processo de integração, atuando de forma unificada à partir da reorganização societária.

Adicionalmente, divulgamos abaixo as receitas líquidas totais obtidas de ambos os negócios:

	Consolidado	
	2016	2015
Offline	18.831	19.268
Online	988	-
	<u>19.819</u>	<u>19.268</u>